

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ROSILENE MARCIA DOS SANTOS

VIVER NA ILHA DA MAGIA SEM ACESSO À MORADIA:
APONTAMENTOS SOBRE A QUESTÃO HABITACIONAL EM FLORIANÓPOLIS - SC.

FLORIANÓPOLIS

2015

ROSILENE MARCIA DOS SANTOS

**VIVER NA ILHA DA MAGIA SEM ACESSO À MORADIA: APONTAMENTOS
SOBRE A QUESTÃO HABITACIONAL EM FLORIANÓPOLIS - SC.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. MSc. Samira Safadi Bastos.

FLORIANÓPOLIS
2015

ROSILENE MARCIA DOS SANTOS

Viver na Ilha da Magia sem acesso à moradia: apontamentos sobre questão habitacional em Florianópolis - SC

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Florianópolis, 07 de dezembro de 2015.

Professor Dr. Valter Martins
Departamento de Serviço Social - UFSC
Presidente

Aracídio de Freitas Barbosa Neto
Geógrafo
Co-orientador

Professora Dra. Marisa Camargo
Departamento de Serviço Social - UFSC
Examinadora

À Samira Safadi Bastos, por ser o exemplo de profissional que almejo ser.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por estar comigo em todos os momentos dando-me força e coragem para continuar nessa caminhada longa. Agradeço também a meu esposo Flademir da Silva por ter sido compreensivo e me dado forças em momentos difíceis. Aos meus pais, Edna e José, que, sem sombra de dúvida, foram os responsáveis por este passo fundamental em minha vida, aos meus irmãos Roseli e Rogério e a toda minha família, que sempre se fizeram presentes neste processo.

Agradeço as minhas queridas amigas Irene, Xaxa e Ana Paula pelos momentos inesquecíveis que passamos juntas. Agradeço também as famílias Rezende e Petit, em especial Tatiane Palma Rezende que contribuiu muito durante toda minha formação, já que foi o primeiro anjo a me ajudar e incentivar-me a lutar pelos meus sonhos, fazendo-me acreditar que eles eram possíveis, e que só dependia da minha força de vontade para ir em busca deles.

Agradeço aos colegas do curso de Serviço Social com os quais aprendi muitas coisas durante esses quatro anos de vivência e troca de experiências. Meu muito obrigado aos professores do departamento de Serviço Social que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para minha formação, em especial à professora Samira Safadi Bastos que me orientou não só durante o processo de monitoria e TCC, mais propiciou reflexões que levarei para a vida toda, e aos professores Valter Martins e Marisa Camargo que muito contribuíram ao aceitar fazer parte dessa etapa final, tão importante na minha formação.

Agradeço também à Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, que propiciou momentos únicos de conhecimentos e experiências as quais contribuíram muito para esse processo contínuo de aprendizado. Queria agradecer imensamente à equipe Gerencia de Mobilização e Articulação Comunitária (GEMAC), que em todos os momentos se fez presente tirando dúvidas e dando as devidas orientações, que me ensinou de várias maneiras como trabalhar em equipe, ensinou também como desenvolver capacidades que nem eu mesma conhecia, obrigada, minha querida supervisora de campo, Zeli Sabino Delfino, por me ouvir, me orientar e contribuir na minha formação, sendo não apenas supervisora, mas também amiga e/ou mãe em alguns momentos. Às estagiárias: Laís, Jana e Naty, meu muito obrigado pelos momentos únicos vivenciados na Secretaria e nas comunidades, momentos esses que vão ficar para sempre guardados na memória e no coração.

Meu muito obrigada ao militante incansável e geógrafo Cid Neto, que com sua competência e generosidade, permitiu a complementação deste trabalho a partir de áreas de

pouco domínio profissional na produção do conhecimento do Serviço Social. Agradeço também à Rita de Cássia que muito contribuiu nessa reta final.

Aos moradores do Maciço Morro da Cruz, em especial os moradores do Morro do Horácio e Santa Vitória, o meu mais sincero agradecimento, pois convivi durante o período de estágio e tive experiências únicas e marcantes, que muitas vezes me fizeram refletir, repensar, criticar e buscar direcionar minhas ações, sempre no sentido da garantia e ampliação dos direitos. E por fim a todos que posso não ter me referido mas que de alguma forma contribuíram para minha formação.

Obrigada, Povo Lindo!

Resistir e lutar

O avanço dos assentamentos precários nos centros urbanos e periferias metropolitanas, somente vem nos confirmar a triste radiografia da exclusão social em que vivem milhares de famílias pobres em nossas cidades, sem direito ao emprego formal, sem moradia digna, sem infraestrutura e serviços básicos.

Suas precárias condições de vida se reproduzem em áreas cada vez mais frágeis e vulneráveis, em territórios invisíveis, onde se materializam a construção social do risco, permanecendo desprotegidos, desamparados e privados do direito a cidade.

A face oculta dessa perversa crise urbana é fruto das condições históricas de empobrecimento, de negação, de segregação e absoluta exclusão social.

Entregue à própria sorte, sobrevivem e resistem as múltiplas armadilhas do sistema, tendo como opção a luta e a esperança da árdua busca de fazer reconhecer-se.

Rita de Cássia Dutra

SANTOS, Rosilene Marcia. **Viver na Ilha da Magia sem acesso à moradia:** apontamentos sobre questão habitacional em Florianópolis - SC. 2015. 54 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015

RESUMO

O presente trabalho tem como foco central realizar apontamentos acerca da questão da falta de acesso à habitação em Florianópolis, com foco central voltado à questão urbana, buscando assim desmistificar a imagem que é projetada da cidade, como uma “Ilha da Magia” onde tudo funcionaria perfeitamente bem. No entanto, percebe-se que inúmeros problemas se apresentam na realidade do Município e que devido ao processo de urbanização desordenada da cidade e às estratégias adotadas pela especulação imobiliária e o turismo, ambos de cunho capitalista, causou-se ainda mais desigualdade social, culminando na formação de inúmeros assentamentos precários, espaços estes com carência de serviços públicos, onde vive parte da população do município. Nesse sentido, buscou-se evidenciar um dos problemas que afetam essa população, que é a falta de moradia ou a precariedade habitacional à qual muitas famílias são submetidas, considerando que a realidade de Florianópolis se divide em duas: naquela dos que detêm o “poder” e ocupam a cidade de forma ilegal, praticamente sem a presença de repressões burocráticas ou presenciais, o que faz com que esse processo seja legalizado, e na outra conformada por aqueles que sempre vão viver na ilegalidade, porque não possuem os mesmos meios de tornar legal ou invisível o ilegal.

Palavras chave: Questão habitacional, desigualdade social, direito à cidade, função social da propriedade.

LISTA DE FIGURAS E FOTOS

Figura 1 - Fortaleza de Anhatomirim	19
Figura 2 - Renda-de-bilro	20
Figura 3 - Festa do Divino Espírito Santo	20
Figura 4 - Ponte Hercílio Luz	22
Figura 5 - Florianópolis nos anos de 1960 Vista. Baía Sul.	26
Figura 6 - Florianópolis nos anos de 1970 Vista Baía Sul.	27
Figura 7 - Florianópolis nos anos de 1980. Vista da Baía Sul.	27
Figura 8 - Vista da cidade de Florianópolis no ano de 2015. Imagem feita do alto do Maciço do morro da Cruz.....	27
Figura 9 - Municípios Conurbados de Florianópolis.....	28
Figura 10 - Localização de Florianópolis	29
Figura 11 - Evolução da Superfície Urbanizada central de Florianópolis.....	31
Figura 12 - Centro de Florianópolis e o avanço da ocupação na área central do Maciço do Morro da cruz. À direita, a comunidade do Morro do Horácio, e à esquerda, a Comunidade Alto da Caeira.....	33
Figura 13 - Relação das Comunidades localizadas no Maciço do Morro da Cruz.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Déficit quantitativo no Município	44
Tabela 2 - Déficit qualitativo no Município	45
Tabela 3 - Investimento Orçamentário Municipal em Habitação (%).....	45

LISTA DE ABREVIATURAS

AEIS - Áreas Especiais de Interesse Social
AIS - Áreas de Interesse Social
CAAP - Centro de Assessoria e Autogestão Popular
CAPROM - Centro de Apoio e Promoção dos Migrantes
CEDEP - Centro de Educação e Evangelização Popular
COBRAPE - Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos
COHAB/ SC - Companhia de habitação do estado de Santa Catarina
CMHIS - Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social
FJP - Fundação João Pinheiro
FMHIS - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
MMC - Maciço do Morro da Cruz
MST - Movimento Sem Teto
NESSOP - Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organizações Populares
ONG – Organização Não Governamental
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PIB - Produto Interno Bruto
PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis
PMHIS - Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
PMMC - Projeto Maciço do Morro da Cruz
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SDH - Secretaria de Desenvolvimento Humano
SINDUSCON - Sindicato da Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis
SMHSA - Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
UC - Unidade de Conservação
UFECO - União Florianopolitana de Entidades Comunitárias
UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DA ILHA DE SANTA CATARINA E REGIÃO	16
3. O CRESCIMENTO DA CIDADE E A EXPANSÃO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS	25
3.1 FLORIANÓPOLIS: CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE E O ACESSO À TERRA PELA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA.....	29
3.2 AS ZEIS E AIS NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS	36
4. APONTAMENTOS SOBRE A QUESTÃO HABITACIONAL EM FLORIANÓPOLIS.....	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

*Muitas coisas são necessárias para mudar o mundo:
Raiva e tenacidade. Ciência e indignação.
A iniciativa rápida, a reflexão longa,
A paciência fria e a infinita perseverança,
A compreensão do caso particular e a compreensão do conjunto,
Apenas as lições da realidade podem nos ensinar como transformar a realidade.*
(BERTOLD BRECHT apud HARVEY 2013, p. 34).

Desde os anos de 1950 as cidades brasileiras vêm crescendo de maneira desordenada¹ devido a fatores como os grandes fluxos de migração da população rural para a zona urbana, contribuindo com a expansão das cidades. Sem uma política habitacional, infraestrutura básica e emprego disponível para a grande massa de trabalhadores, agora vivendo nos centros urbanos, agora sem quaisquer meios produtivos, proporcionou-se um conjunto de problemas econômicos, sociais e ambientais, desencadeando processos de ilegalidade no acesso à cidade, precarização das condições de moradia e limitadas condições de vida, levando a um processo elevado de exclusão e a um aumento na desigualdade social. Conforme Costa (2006 p. 152-153):

[...] resolver o problema da ilegalidade/informalidade urbana significa estender a todos as condições mínimas de reprodução social, por meio de assentamentos formais e legais, ou seja, significa a possibilidade de adoção de padrões urbanísticos, ambientais e construtivos que garantam níveis mínimos de segurança e bem-estar material.

O crescimento da cidade de Florianópolis não fugiu à regra capitalista. Todos os ciclos de crescimento do município desencadearam vários processos de direitos básicos negados à população de baixa renda. Historicamente, o município sempre enfrentou problemas de carência de infraestrutura básica, sendo incapaz de acompanhar o crescimento da cidade, não minimizando assim os impactos causados por este através de políticas públicas integrais e eficazes. A falta de moradia ou precariedade habitacional, nas quais muitas famílias ainda se encontram, é alvo de muitos debates no interior da sociedade florianopolitana, já que grande parte da população, por não ter seus direitos básicos garantidos, é exposta a um conjunto de

¹ Vale tecer breves considerações sobre o que compreendemos aqui neste trabalho como *crescimento desordenado*. Ainda que na história do crescimento de cidades como Florianópolis, na maioria das vezes esta não tenha sido portadora de planejamento urbano e rural, é preciso apontar que em modos de produção de distribuição de riqueza desiguais, as formas como se configura o crescimento não serão igualitárias, tampouco ordenadas. No capitalismo ocorre processo semelhante, onde o objetivo fim é acumulação de riquezas, mesmo ao preço do desordenamento das cidades, o qual produz impactos diferenciados entre as classes sociais e seus estratos.

fatores de abandono de natureza econômica, social, ambiental, política e cultural, levando a processos mais intensos de marginalização e pobreza.

Sendo o município de Florianópolis uma cidade conservadora e elitista, o acesso à cidade para a população pobre sempre foi muito restrito, já que as melhores áreas da cidade sempre foram alvo de privilégios de classe, restando a essa população aquelas áreas consideradas indignas e inadequadas, como encosta de morros, beira de córregos, manguezais, áreas de dunas e áreas de elevado risco, expondo esse contingente de famílias a viverem cotidianamente em situação de extrema precariedade.

Nesse contexto, os movimentos sociais de resistência aos processos elitistas são importantes protagonistas, considerando que muitos deles atuam na perspectiva de garantia e ampliação dos direitos sociais, políticos e econômicos. Eles se fazem importante instrumento de acesso à cidade urbanizada, tendo como foco principal a verdadeira reforma urbana garantida constitucionalmente, “a luta pelo direito a cidade merece ser realizada. Deve ser considerada inalienável. A liberdade da cidade ainda precisa ser alcançada. A tarefa é difícil e pode tomar muitos anos de luta” (HARVEY, 2013, p.34).

Os direitos previstos na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), como o direito à moradia, sendo considerados direitos básicos essenciais a todo cidadão, vem sendo alvo de ataques e inviabilizados por interesses privados, já que, devido à especulação imobiliária e ao alto preço da terra em Florianópolis, o acesso à moradia digna pela população de baixa renda torna-se praticamente inviável, aumentando assim as dificuldades no tocante à questão habitacional no Município, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo.

O interesse em pesquisar sobre a questão habitacional surgiu a partir das experiências do Estágio Curricular Obrigatório I e II, realizados na Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, SMHSA, no período de fevereiro a dezembro de 2015, onde tive a oportunidade de conhecer a realidade das comunidades do Maciço do Morro da Cruz, comunidades estas que enfrentam de perto a falta de infraestrutura básica, a falta de moradia e a precariedade habitacional, quer pelo limitado acesso ao emprego e à renda ou pela ausência e insuficiência de políticas públicas. Nesse âmbito, a informalidade e diversas estratégias de sobrevivência para a população pobre passam a ser a única forma de acesso à cidade.

Assim, a inquietação foi principalmente a de buscar elementos que ajudariam a constituir um pano de fundo para compreender a desigualdade e concentração habitacional em Florianópolis.

Nesse sentido, este trabalho aborda no primeiro capítulo o processo de ocupação e colonização da Ilha de Santa Catarina e região, buscando realizar um breve histórico, no intuito de conhecermos um pouco mais sobre a história do município, bem como os processos desiguais que foram ocorrendo ao longo dos anos, que acarretaram em processos de negação de direitos e desigualdade social, os quais afetaram e continuam afetando de maneira significativa as camadas empobrecidas da cidade.

O capítulo 2 tem como objetivo evidenciar as transformações que ocorreram em Florianópolis, desvelando ainda mais as desigualdades sociais existentes, fazendo reproduzir-se em dados concretos os meios desiguais que são utilizados para obtenção de riquezas e aprofundamento da pobreza. Buscou-se construir ao mesmo tempo a imagem vendida de uma “Ilha da Magia”², porém, por outro lado, escondendo os mais diversos problemas que afetam grande parte da população. O trabalho elenca também alguns aspectos importantes, como a segregação territorial e social, que têm como principais atores a especulação imobiliária e a expansão do turismo.

Buscando compreender a questão habitacional e seus impactos no município, por último, o capítulo 3 explicita alguns elementos acerca da questão habitacional em Florianópolis, cuja intervenção pública se mostra insuficiente, já que os projetos desenvolvidos não contemplam grande parte das demandas apresentadas.

A revisão bibliográfica e documental realizada nos leva a compreender que o direito à moradia não está relacionado apenas com a estrutura de uma casa (parede, teto e chão), mas ao acesso à cidade pensado de maneira mais ampla e de poder relacionar-se com o meio. Diante disso, o trabalho aponta que considerável parcela da população do município é privada de desfrutar da cidade e que essa cidade maravilhosa, que a todo tempo é evidenciada nos jornais e revistas, não se refere à realidade de toda a Florianópolis.

A habitação entendida não apenas como moradia, mas como um conjunto de elementos ligados a saneamento básico, serviços urbanos, educação, saúde, dentre outros, constitui um dos mais graves problemas com que se defronta a sociedade brasileira, decorrente do caráter intenso e concentrador que marcou o processo de urbanização e industrialização no país. A total dificuldade de associar a oferta de moradias, infra-estrutura, serviços e equipamentos urbanos coletivos suficientes, têm colocado a grande maioria das classes subalternas em situação de extrema vulnerabilidade. (RIBEIRO, 2007, p.01).

² Esta expressão, *Ilha da Magia*, não é somente referente à ideia de um lugar perfeito para morar e visitar. Segundo Cascaes (2012) a história popular de Florianópolis se remete à existência de bruxas, as quais teriam influenciado no surgimento dessa expressão. Não sendo este o foco do nosso trabalho, para ver mais sugerimos a obra direta.

Para finalizar, o trabalho visa trazer alguns elementos para desconstruir a imagem de uma cidade difundida como um exemplo de qualidade de vida, que seriam expressos na suposta excelência dos serviços sociais públicos, conhecida por muitos como a “Ilha da Magia”, mas que no seu seio se depara com enormes contradições sociais e territoriais típicas da sociedade capitalista, que afetam mais agudamente as camadas empobrecidas da sociedade, considerando que a “elite” de Florianópolis vem a todo tempo querendo esconder as expressões da *questão social*³, no intuito de preservar o status que a cidade adquiriu ao longo dos anos.

³ “As desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista, ela se colocaria, também, como objeto de todos aqueles que apostam no capitalismo como a forma perfeita de produção da vida social. Assim, ela, também, se expressaria nas políticas econômicas, sociais, culturais, traçadas em âmbito governamental, para manter as classes que vivem do trabalho subordinadas e dominadas. Ou seja, se a manifestação da desigualdade, a luta pelos direitos sociais e de cidadania, são uma expressão da questão social, não interessa às classes detentoras dos poderes políticos e econômicos que haja um acirramento da contradição, viabilizando, desta forma, espaços de organização da população. Neste sentido, a contradição capital – trabalho também é um objeto dos que buscam, na manutenção do capitalismo, a garantia de privilégio” (MACHADO, 1999).

2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DA ILHA DE SANTA CATARINA E REGIÃO

O processo histórico de ocupação da Ilha de Santa Catarina remonta a seus primeiros povoadores, os indígenas. De acordo com Santos (2004), a Ilha de Santa Catarina já era habitada muito antes do ano 1.500, quando os portugueses “descobriram” a América. A população indígena já povoava esse território evidenciando assim a ocupação do chamado “homem do sambaqui”, que ocorreu por volta de cinco mil anos atrás. Essa população tinha na coleta de alimentos e na pesca a base de sua subsistência, e com isso acumulava imensos montes formados por restos de moluscos, que lhe serviam como alimentos, aspecto histórico-antropológico que permitiu que pesquisadores encontrassem vestígios de sua estada pela ilha.

Após a presença dos “sambaquianos” nota-se a estada de um segundo povo indígena - os Itararés, povos caçadores e coletores, que habitavam em sítios à margem de rios ou em grutas (PIAZZA; HUBENER, 1997). No entanto, quando os europeus chegaram à ilha de Santa Catarina, tiveram contato com o povo guarani, terceira população que habitou a ilha, que chegou da Amazônia em movimentos migratórios, ocupando ao mesmo tempo o litoral brasileiro, o interior do continente e a região do Chaco, no Paraguai (BRIGHENTI, 2010). Santos (2004) indica que os guarani conheciam a agricultura e possuíam facilidade na fabricação de cerâmicas. Nesse sentido, (LEITE, LOMBARDI e PIAZZA, 2002, p. 52) apontam para as características dessa população:

Produziam objetos de cerâmica, decorados com as pontas dos dedos ou das unhas e com outros objetos, e usavam pintar as suas urnas funerárias com desenhos nas cores vermelha e amarela. Esses indígenas foram chamados pelos navegadores e pelos missionários de Carijós.

A habilidade indígena no manuseio com as plantas, bem como sua capacidade de lidar com a fauna e flora e com os fenômenos naturais, despertaram nos europeus recém-chegados aguçada curiosidade e logo eles começaram a absorver as práticas adotadas pelos índios, usando-as como forma de exploração da terra e alcance de riquezas (SANTOS, 2004).

Ainda, Santos (2004) aponta que não existem indícios de que os Guarani tenham sido hostis com os europeus recém-chegados, manifestando apenas curiosidade com o novo povo. Entretanto, não demorou para que aldeias inteiras fossem escravizadas e exploradas. Nesse sentido, Piazza e Hubener (1997, p. 27) afirmam:

O litoral catarinense, então denominado “Sertão dos Patos” ou “terra de carijós”, pela sua elevada população indígena, passou a ser alvo da investida de inúmeras expedições de caça ao índio, no século XVII.

Além do mais, essa população foi alvo de várias doenças trazidas pelos europeus, que eram desconhecidas pelos indígenas e afetaram de maneira significativa os guarani, já que esses não tinham desenvolvido resistência às mesmas, levando assim muitos a óbito.

Brighenti (2010) afirma que essa população não desapareceu como muitos afirmam. Foram sim privados de viver na Ilha de Santa Catarina ao longo de todo o processo de colonização, sobretudo depois da chegada dos açorianos. Atualmente essa população vem reivindicando a demarcação de terras que ocupam em municípios circunvizinhos a Florianópolis, como Biguaçu e Palhoça.

As heranças deixadas por essa população, como técnicas e costumes, serviram para garantir a sobrevivência dos europeus na Ilha, pois utilizavam elementos dessa herança nas roças, nos armamentos utilizados para caça e no acesso aos córregos de água fresca abasteciam os navios utilizados durante as viagens (SANTOS, 2004).

A Ilha de Santa Catarina foi muito procurada por navegadores, devido a ser um ponto estratégico no sul do país, acarretando a presença de uma extensa frota de navios que paravam para abastecimento de água e mantimentos. No entanto, esses navegadores nunca estabeleceram aqui um povoado fixo. Tendo em vista sua posição estratégica, a ilha começou a ser alvo de tentativas de povoações e de usufruto. Assim, nenhum povoado se efetivou, até que por volta de 1673, Francisco Dias Velho⁴, que já conhecia o litoral devido a expedições que havia feito na tentativa de capturar índios, resolveu estabelecer um povoado na Ilha. Segundo Santos (2004), a ocupação da Ilha pelo bandeirante ocorreu por volta de 1673-1675, e trouxe para a ilha famílias e escravos que deram início ao povoamento. Dias Velho edificou no povoado uma igreja em homenagem a Nossa Senhora do Desterro.

Mais tarde Dias Velho requereu junto ao Governador da Capitania léguas de terra onde estava edificada a igreja. Povoadores como este se dedicaram ao cultivo principalmente de mandioca e de cana-de-açúcar, e ainda se dedicavam à pesca:

Em 1678, o paulista requereu ao Governador da Capitania duas léguas em quadro de terras na Ilha de Santa Catarina, onde já tinha a igreja de Nossa Senhora do Desterro e culturas, além de outras mais em terra firme, sendo, assim, provável que, antes dessa data, possivelmente em 1675, já tivesse fixado moradia na ilha, para a qual se transferia com a família, agregados e escravos [...]. Dedicaram-se os povoadores ao cultivo de terras, plantando a mandioca, a cana de açúcar, entre outras, empregando-se, ainda na pesca. (CABRAL, 1970, p.41).

⁴ Bandeirante paulista, que viveu no século XVII. (GENI, 2015).

De acordo com Santos (2004) e Cabral (1970), Francisco Dias Velho foi morto em 1689, durante uma expedição de vingança que foi realizada por navegadores que tiveram um conflito dois anos antes, levando os seguidores de Dias Velho a retornarem a São Paulo, ficando mais uma vez poucos moradores no povoado de Desterro; mesmo assim, essas poucas famílias se desenvolveram.

Em 23 de março de 1726, Desterro foi elevada à categoria de Vila, sendo assim desmembrada de Laguna, iniciando sua formação política com regulamentações referentes à época, assegurando assim a organização local.

O brigadeiro José da Silva Paes⁵ evidenciou para a Coroa Portuguesa a necessidade de fortificação da Ilha devido a ameaças de ataques externos. Sendo assim, em agosto de 1738, as obras foram autorizadas. Para isso foi necessária a colonização da Ilha por açorianos, sendo uma estratégia adotada por Portugal para garantir seus interesses, já que estava disputando com a Espanha. Considera-se também que o Arquipélago de Açores passava por abalos sísmicos e terrestres, bem como o excesso populacional que estava causando a escassez de alimentos; estes foram alguns dos fatores que impulsionaram a migração de parte da população açoriana para a ilha (CABRAL, 1970; PIAZZA; HUBENER, 1997).

Assim Portugal, que por volta de 1739 estava construindo fortalezas para defender a Ilha de invasores externos, sobretudo os espanhóis, começa a contar com a população açoriana para atuar na operação das fortalezas, também praticar algum tipo de agricultura e serem ainda colonos soldados, já que atuavam na defesa da ilha operando as fortalezas e ainda trabalhavam nas lavouras.

O Brigadeiro Silva Paes já sugeria ao Rei, em 1742, o “aumento da povoação”, “...de que não bastão fortificações sem haver gente que as guarneça, e juntamente povoem, e cultive as terras; quando aquelas para sua fertilidade podem sustentar os mesmos presídios”. (PIAZZA; HUBENER, 1991, p.35).

⁵ Fundador do Rio Grande de São Pedro e estruturador do Brasil Meridional nasceu na freguesia de Nossa Senhora das Mercês, em Lisboa, batizado no dia 25 de outubro de 1679, filho de Roque Gomes Paes e Clara Maria da Silva. Casou-se em Lisboa a 8 de maio de 1704 com Máxima Teresa da Silva (ou de Brito). (LAGES, 2010).

Figura 1 - Fortaleza de Anhatomirim



Fonte: Garcia (2009)⁶

Em 1746, foi redigida a Carta Régia, que dava conta das garantias e condições que os açorianos teriam ao migrar para a Ilha de Santa Catarina. Por volta de 1748, começa a povoação açoriana na Ilha, para onde vieram assim cerca de seis mil (6.000) açorianos e mil (1.000) madeirenses. Contudo, quando chegaram à Ilha, os direitos antes prometidos não foram devidamente cumpridos, além da terra não produzir alimentos como o trigo e a cevada, que eram acostumados a cultivar nos Açores. Tiveram assim, aos poucos, que se adaptar à produção de farinha de mandioca com base da alimentação, bem como aos demais costumes de origem indígena. Destacou-se também como atividade açoriana a tecelagem manual, pelo número expressivo de teares nas diversas freguesias em que foram distribuídos. (PIAZZA; HUBENER 1997).

De acordo com Santos (2004) as freguesias mais antigas foram: Nossa Senhora da Lagoa da Conceição, Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e Santo Antônio de Lisboa, surgindo posteriormente novos desdobramentos. Os açorianos também trouxeram uma cultura religiosa que foi fortemente enraizada no litoral catarinense.

Alinham-se as técnicas de pesca, o folgado do “boi-na-vara”, o carro-de-bois, a olaria utilitária e decorativa, a “renda-de-bilro”, os “pão-por-Deus” – como manifestação de

⁶ Vista aérea da fortaleza de Anhatomirim. Erguida entre 1739 e 1744 a noroeste da ilha de Santa Catarina (que hoje abriga a cidade de Florianópolis), ela nem sempre foi usada com a finalidade de defesa do litoral - já serviu de hospício e presídio, entre outras funções.

literatura popular, as danças (geralmente denominadas fandangos), as festividades do ciclo do Divino Espírito Santo, além evidentemente, do grande substrato linguístico, no qual se apoiaram e se aculturaram os demais grupos que se instalaram, principalmente no litoral catarinense. (PIAZZA; HUBENER 1997, p.39).

Figura 2 - Renda-de-bilro



Fonte: Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes (2010)

Figura 3 - Festa do Divino Espírito Santo



Fonte: Schiestl (2012)

Em 1777, a força naval espanhola, através de uma ocupação militar, invade a Ilha de Santa Catarina e permanece por um ano e meio. Alguns dias após a invasão, é assinado um documento e ocorre a entrega da Ilha a D. Pedro de Cevallos, comandante da expedição

espanhola. No entanto, foi iniciado o Tratado de Santo Ildefonso e pelas cláusulas deste tratado Portugal recebeu de volta a Ilha de Santa Catarina. Nesse sentido, quase todos os espanhóis que se fizeram presentes na ocupação regressaram para as colônias da Espanha, quando Portugal recebeu de volta a posse da Ilha.

Estes indícios de colonização, que se poderia chamar de *rotativa*, podem indicar influências sobre a grande diversidade da origem da população atual de Florianópolis, cujas confirmações desta hipótese, no entanto, somente poderão ser apontadas segundo a pertinência de estudos e pesquisas.

No ano de 1822, com o advento da independência, o governo brasileiro iniciou tentativas de colonizar áreas do interior que não tinham povoações. Nesse período a Europa estava passando por modificações internas e a revolução industrial estava prestes a liberar parte da mão de obra referente ao chamado *exército industrial de reserva*⁷. As disputas políticas ainda criavam insegurança e estimulavam a saída de muitas pessoas. O Brasil, nesse período, precisava de mão de obra, e, devido ao fato de que o tráfico de escravos africanos estava em declínio, começa o estímulo à imigração.

Com este incentivo, muitos imigrantes italianos e alemães vieram à Santa Catarina, percebendo quando chegaram que a ilha já tinha uma população razoável e que os rios não eram fortes o bastante para mover seus moinhos. Assim passaram a procurar outros lugares no Estado, e aos poucos foram instalando-se nos Vales (Itajaí, Blumenau e Joinville, Tijucas, Tubarão), deixando marcas culturais e colonizadoras até os dias atuais (SANTOS, 2004; PIAZZA, HUBENER, 1997).

No entanto, essa população, mesmo conhecedora das técnicas industriais, não pôde escapar de cultivar os produtos que os açorianos passaram a produzir a partir do contato desses com a população guarani, principalmente a farinha de mandioca; devido à perspectiva de acúmulo, em pouco tempo superaram a produção da farinha no litoral e contribuíram para o empobrecimento do colono açoriano.

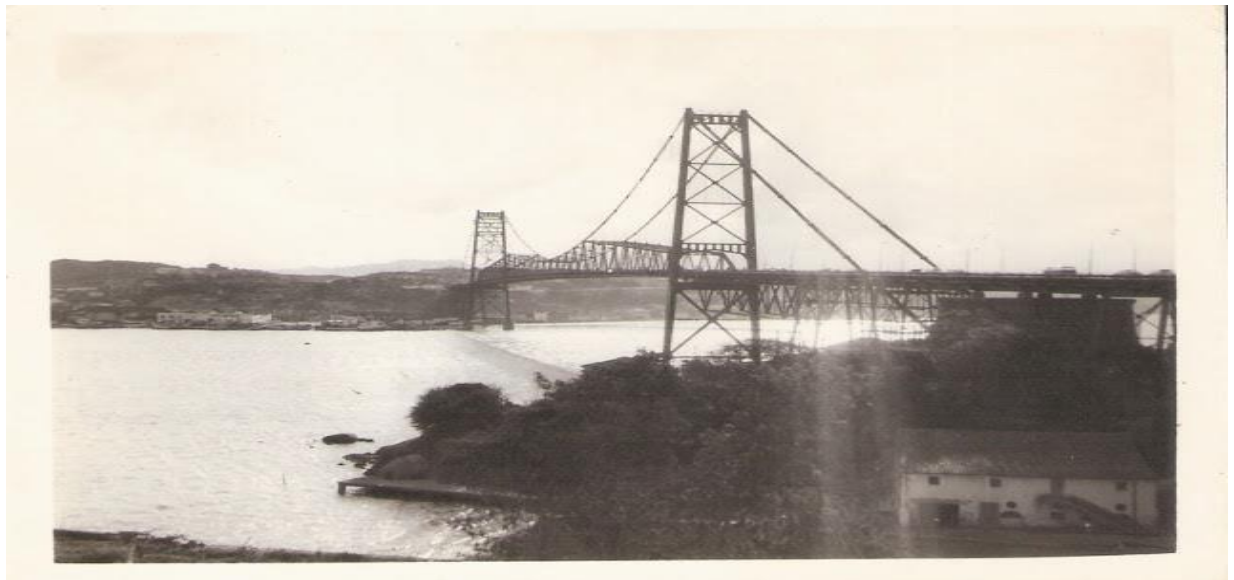
A partir da implementação da república, os processos produtivos do colono açoriano entram em decadência, dando possibilidade para a recuperação ambiental; já que tais processos foram de grande degradação ambiental, no entanto, permaneceu a estrutura fundiária conhecida como “espinha de peixe” (NETO, 2012).

⁷ Entende-se por *exército industrial de reserva* o excedente de trabalhadores desempregados, os quais permitem baixar o nível do salário e das condições de vida e de trabalho dos operários e de suas famílias. Para mais, ver Marx (1998).

No ano de 1894, em meio à implementação da República, Moreira Cesar, por determinação de Floriano Peixoto, instala o terror em Desterro, executando 185 pessoas apontadas como inimigas, pelo fato de terem participado do movimento de resistência contra o governo central. Para a tristeza de muitos catarinenses, no mesmo ano a Assembleia Legislativa substitui o nome de Desterro para Florianópolis, como forma de homenagear Floriano Peixoto pelo sucesso no conflito armado. “É este o epílogo triste do período mais conturbado da história catarinense” (SME, 1993).

No século XX, Florianópolis passa por profundas transformações na infraestrutura de mobilidade da cidade e na forma de vida da população, considerando que a iluminação a querosene ou a gás foi substituída pela energia elétrica, os bondes antes puxados a cavalo foram desaparecendo devido ao surgimento de veículos motorizados. Até que, em 1926, é construída a Ponte Hercílio Luz, que estabelecia a ligação entre a ilha e a pequena parte continental, assumindo assim a condição de polo regional reforçando, de forma significativa, seu contato com as áreas do interior do Estado de Santa Catarina (SME, 1993). Não houve, no entanto, no tocante aos pré-requisitos do desenvolvimento dos meios de produção, um processo de industrialização como houve em outras cidades do estado e sobretudo nas capitais dos estados vizinhos.

Figura 4 - Ponte Hercílio Luz



Fonte: Fotos Antigas de Florianópolis (2013)

Em outubro de 1948, foi realizado o Primeiro Congresso de História Catarinense, tendo como protagonista central o movimento folclórico em Santa Catarina, responsável pelos

estudos da Comissão Catarinense de Folclore. Durante a realização desse congresso, os intelectuais se preocupavam em delimitar uma identidade cultural, sendo assim, a cultura açoriana foi legitimada como a cultura predominante na Ilha (LEAL, 2007).

No ano de 1957 foi criada a Imobiliária Jurerê na região do norte da Ilha, cujo proprietário tinha uma visão centralizadora e patrimonialista, e foi, aos poucos, de forma coercitiva, expulsando as famílias que viviam na região, e posteriormente ia demarcando o território. Dessa forma, a Imobiliária supracitada efetuou o que chamamos atualmente de *grilagem*, mapeando as titularidades e se apropriando da área de forma totalmente irregular. Essa iniciativa, tomada por Aderbal Ramos, abriu espaço para que mais tarde o Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC) viesse realizar e ratificar a distribuição desigual das terras da ilha, favorecendo grandes grupos de poder, bem como pessoas com alto poder aquisitivo, os quais tinham como foco a especulação imobiliária e a construção civil.

Em 1957, surgiu a Jurerê Imobiliária. Aderbal Ramos era seu principal acionista. Ela passou a dominar toda a área, encerrando qualquer possibilidade da população continuar usufruindo, mesmo que fosse só para retirada de lenha. A pressão, no entanto, ia mais longe. Segundo Seu Criso, o povo viu-se forçado a deixar a área, a firma “apertava”, ou seja, cercava tudo, forçando o pessoal a sair, mesmo que não desejasse. Concorde Seu Deca Bastião que o número de pessoas “apertadas”, por parte principalmente de Petry (engenheiro da referida imobiliária) foi considerável. Petry tentou ainda se apossar da praia, tirando ranchos de canoas de pescadores, mas foi impedido inicialmente pela Prefeitura, que exigia o cumprimento da legislação de ocupação de terras da marina: 35 metros da máxima maré. Tal legislação foi burlada com o tempo e ocorreu a ocupação de muitas áreas até junto à praia, como fez o Grupo Habitasul (CAMPOS, 1989, p. 145).

Na década de 1960, o IRASC ficou responsável por realizar reforma agrária no estado, realizando, no entanto, uma antirreforma na distribuição das terras catarinenses. Schinke (2015) salienta que o IRASC, a partir de 1964, foi instrumentalizado para fazer a distribuição das terras devolutas, comunais e consideradas sem uso, as quais pertenciam à União, mas, conforme o autor afirma, essa distribuição de terras foi realizada de forma desigual e injusta. (SCHINKE, 2015).

Devido ao fato dessa distribuição ter sido desigual, é comum observarmos belos empreendimentos que se encontram localizados em lugares privilegiados, ou seja, atendidos pelo poder público, que vem reafirmar os impactos na vida da população e a desigualdade social existente.

Não houve reforma agrária propriamente dita, porque muitas famílias do campo e pescadores nunca receberam quaisquer pedaços de terra enquanto pessoas com alto poder aquisitivo e influentes na época receberam grandes quantidades de terras, as quais foram depois

vendendo ou acumulando em grandes latifúndios, criando espaço para a especulação imobiliária. A divisão dessas terras foi feita de maneira tão precária que até hoje existem disputas entre vizinhos, bem como a precariedade na localização de algumas glebas, reforçando ainda mais a propriedade privada e a acumulação de terras por parte da elite catarinense (SCHINKE, 2015).

Devido ao fato de não se ter desenvolvido indústria consistente, a capital de Santa Catarina se destinou ao funcionalismo público, comércio, serviços e posteriormente o turismo. Por volta da década de 1960, Florianópolis era uma cidade fortemente voltada ao serviço público e à instalação de algumas instituições estatais como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Eletrosul, o que atraiu um grande contingente de funcionários públicos originários de fora da Ilha.

No entanto, após os anos 1960, propagado e estabelecido o conceito de “Ilha da Magia”, o turismo foi o grande engodo para que a especulação imobiliária e a construção civil agissem na plena ilegalidade, ocupando desordenadamente terras outrora griladas. Nesse mesmo período o poder público começou a criar as Unidades de Conservação (UC), como mais uma estratégia para garantir a especulação imobiliária, com reservas de terras para o futuro e como marketing ecológico, que pregam, no entanto, a suposta preocupação com o meio ambiente.

Nesse sentido, o turismo como a mola propulsora da economia da ilha despertou o interesse de várias famílias, que passaram a vir de cidades do interior e de outros estados em busca de emprego e melhores oportunidades. Na década de 1990, atraiu-se grande contingente de argentinos, seguidos por gaúchos e paulistas, e atualmente a ilha é procurada por pessoas de todo o mundo.

Considerando que o modelo de ocupação antes realizado pelos açorianos decaiu, mantendo-se apenas a estrutura fundiária, havendo a prioridade de benefícios e investimentos, onde o acúmulo de terras e a concentração de oligarquias e o conceito de ilha da magia criaram espaço para a especulação imobiliária, propaganda enganosa e engodo “verde” com a criação das unidades de conservação (UC).

Devido a esse grande fluxo migratório, os impactos começaram a aprofundar a desigualdade social e o crescimento desordenado da cidade.

3 O CRESCIMENTO DA CIDADE E A EXPANSÃO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Desde meados do século XX, a cidade de Florianópolis passou por profundas transformações econômicas, sociais, ambientais e políticas, onde a construção civil teve papel de destaque no processo de crescimento, sendo um dos principais suportes econômicos. A implantação das redes de energia elétrica, do sistema de fornecimento de água, da parte da rede de esgotos, malha viária e a construção da Ponte Hercílio Luz no início do século também colaboraram neste processo. Em 1943 foi anexada ao município a parte continental, que nesse momento pertencia à vizinha São José, culminando assim na implantação dos primeiros planos diretores que propunham transformar a cidade em um ambiente mais citadino e moderno.

Ao final do século XX — nas três últimas décadas, principalmente —, a ilha experimentou significativa transformação com a chegada de muitos moradores imigrantes de vários outros estados, acrescida pela transferência da sede da Eletrosul do Rio de Janeiro e a instalação da UFSC no Bairro da Trindade. Entre os anos 1970 e 1990 são construídas as duas novas pontes ligando a ilha ao continente: a ponte Colombo Salles e a ponte Pedro Ivo Campos.

Os bairros mais afastados da ilha, sobretudo no norte, também foram objeto de intensa urbanização e a cidade foi se expandindo. Neste mesmo período surgiram novos bairros, tal como Jurerê Internacional no norte da ilha, com a expansão do turismo de alto nível. Vão se expandindo áreas balneárias em toda a ilha, sendo ocupadas desordenadamente em áreas de preservação antes consideradas permanentes como: manguezais, dunas e encostas, o que impacta significativamente os ecossistemas da ilha e também as populações e os sujeitos tradicionais.

É importante destacar que nesse período e nos anos seguintes essa forma nociva de evolução da cidade tem a participação da elite, classes de média e alta renda composta, e prioritariamente por pessoas que passam a viver na cidade, sendo proveniente de outras capitais, como as de São Paulo, Rio Grande do Sul e Argentina.

A região passou a vivenciar um explosivo desenvolvimento urbano-turístico, gerando emprego e renda à população. Surgiram os empreendimentos imobiliários, edifícios residenciais, hotéis, pousadas, loteamentos, conjuntos habitacionais e serviços diversos. Com a vinda dos turistas ocorreram profundas transformações, tanto à população local quanto ao meio ambiente. O turismo e as atividades a ele associados passaram progressivamente a fortalecer a economia na região, beneficiando o comércio, a vida dos nativos e veranistas locais, e a

supervalorização dos imóveis, valorizando significativamente o valor da terra em toda a ilha. A antiga cidade pacata cedeu lugar a uma ambientação de cidade grande, agitada e em modernização, que vai sendo mais conhecida a partir dos anos de 1990 como a “Capital do Turismo do Mercosul” (FANTIN, 2000).

Todo esse fluxo modernizante, acelerado pelo conglomerado econômico do turismo e pela chegada de novos moradores em função da instalação de órgãos do governo em final nos anos de 1970 em diante, desencadeia transformações significativas na configuração urbana e na cidade como todo, impactando no modo de vida dos antigos moradores e no perfil da sua população geral. No período, a chegada de novos habitantes foi tão expressiva que passa a ser considerado pelos ilhéus (os nativos) como uma verdadeira *invasão da cidade* pelos moradores *de fora*, também chamados de *estrangeiros* (FANTIN, 2000).

No espaço urbano, a vinda dos moradores imprimiu um novo ritmo na urbanização com mudanças no cenário da cidade, nos bairros, nas ruas, nos morros. Muitas das chamadas *servidões* – sinuosas e estreitas ruas que recortam o tecido urbano da Ilha – passam a ter outro perfil. (FANTIN, 2000, p. 38).

Esse grande fluxo migratório vai atraindo também para a cidade grande contingente de mão de obra barata, vindo do interior à procura de melhores condições de vida. Essa população empobrecida tem como opção para moradia somente as escassas terras de menor valor que ainda sobram na ilha e na zona continental. São os bairros periféricos, distantes do centro urbano e/ou as áreas de parcelamento irregular do solo, as áreas degradadas, insalubres, áreas de risco, localizadas nas planícies de inundação e nas encostas, já que as áreas nobres da cidade foram aos poucos sendo tomadas pelos processos adotados pela especulação imobiliária.

O acervo fotográfico mostra com clareza o crescimento da cidade de Florianópolis:

Figura 5 - Florianópolis nos anos de 1960 Vista. Baía Sul.



Fonte: Florianópolis Ontem e Hoje (2010)

Figura 6 - Florianópolis nos anos de 1970 Vista Baía Sul.



Fonte: Florianópolis Ontem e Hoje (2010)

Figura 7 - Florianópolis nos anos de 1980. Vista da Baía Sul.



Fonte: Florianópolis Ontem e Hoje (2010)

Figura 8 - Vista da cidade de Florianópolis no ano de 2015. Imagem feita do alto do Maciço do morro da Cruz.



Fonte: A autora (2015).

O elevado crescimento da cidade vai atraindo população de baixa renda para o município, de várias regiões de Santa Catarina e de outros estados do Sul e das demais regiões do Brasil. O preço elevado da terra urbanizada e a falta de política habitacional para população pobre tem como consequência a expansão da ocupação em áreas inadequadas e/ou indignas, ampliando assim a quantidade dos assentamentos precários. Grande parte dos moradores residentes nestes assentamentos são migrantes pobres, vindos da zona rural, expulsos de suas terras, por razões diversas como a crise econômica decorrente da expansão do agronegócio, engrossando ainda mais a pobreza urbana.

Historicamente o elevado custo da terra nas cidades brasileiras em relação ao salário das famílias de baixa renda e à ausência de uma política habitacional universal são fatores que desencadeiam a procura por assentamentos precários e informais. Tais assentamentos, em geral, vão ocupar as áreas de forma desordenada, muitas vezes sujeitas a risco de erosão, desmoronamentos, alagamentos ou enchentes, além de se caracterizarem pela precariedade habitacional e urbana (DAMBROS, 2014, p.10).

Segundo Sugai (2015), não somente a cidade de Florianópolis, mas todo o processo de urbanização no Brasil produziu e estruturou espaços desiguais.

[...] Os espaços altamente desiguais que apresentam as regiões metropolitanas brasileiras resultam, ou mais precisamente, são produzidos pela enorme desigualdade social. [...] espaços que permeiam as desigualdades, as injustiças, as violências e as contradições se materializam. Ou seja, são territórios intraurbanos que o separatismo social adquire visibilidade através da segregação social (SUGAI, 2015, p. 34).

As cidades são palco de profundas desigualdades e contradições, cenários de conflitos e de luta entre as classes sociais, na disputa pelo controle da produção e domínio territorial, onde se estabelecem disputas entre as classes sociais para produção e o consumo de localizações privilegiadas (VILLAÇA, 1998).

Figura 9 - Municípios Conurbados de Florianópolis.

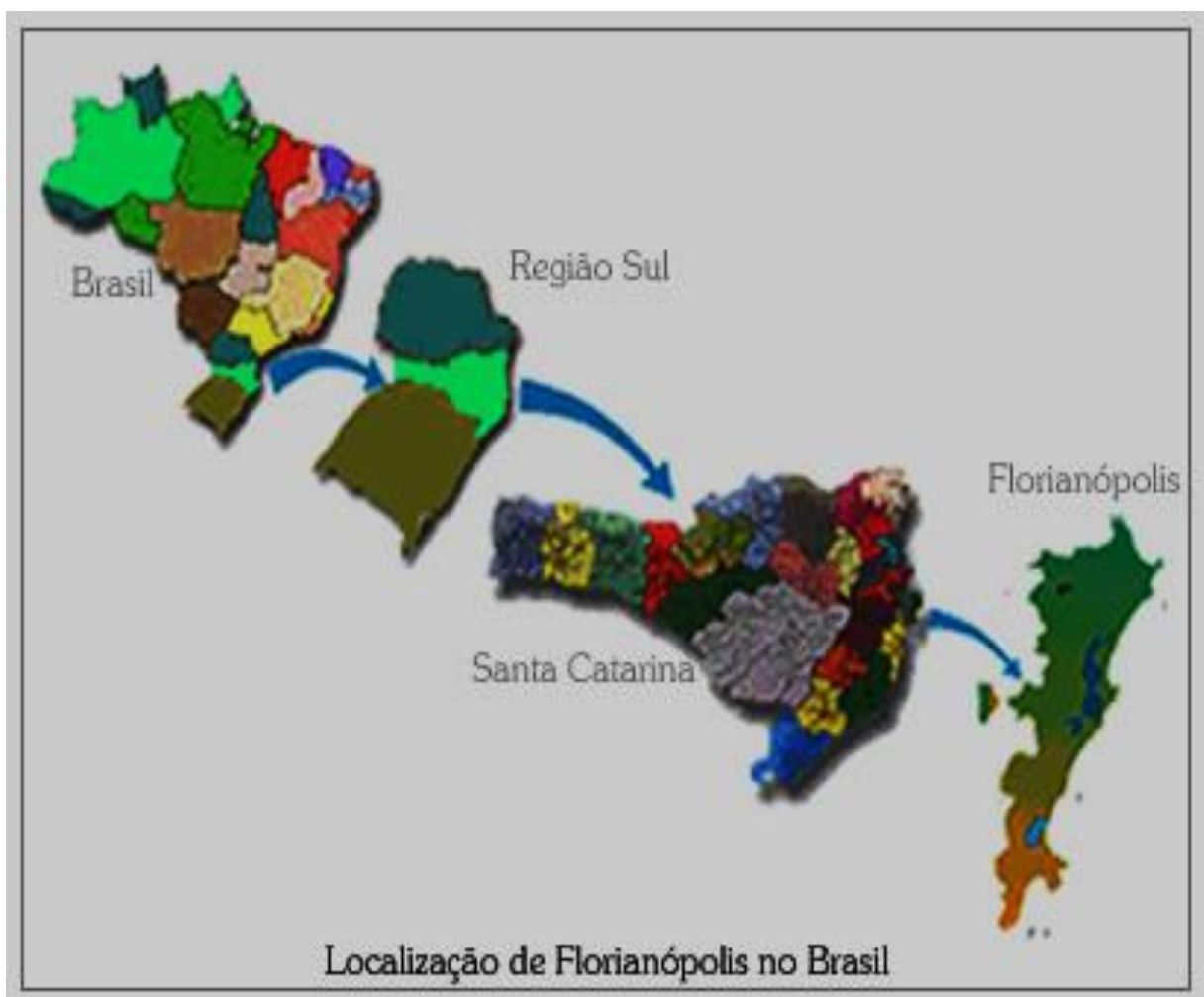


Fonte: Acervo de mapas da SMHSA (SECRETARIA, 2008, p.17)

3.1 FLORIANÓPOLIS: CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE E O ACESSO À TERRA PELA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

O município de Florianópolis é considerado uma cidade de médio porte, situada no Sul do Brasil, capital do estado de Santa Catarina. Uma característica geográfica importante do município é o fato de situar-se quase que na sua totalidade em uma ilha, parte insular, conforme caracterização abaixo:

Figura 10 - Localização de Florianópolis



Fonte: Cartório Silva (2015).

A parte continental integra a região conurbada com outros três municípios: Palhoça, São José e Biguaçu. A população de Florianópolis segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (BRASIL, 2015), é de 469.690 habitantes, cujo Censo de 2010 identificara 421.240 habitantes. O município possui uma área territorial de 675,40 km², uma densidade de 623,68 habitantes por km². Como tantas cidades brasileiras, teve seu crescimento vinculado ao processo migratório rural e urbano nos diversos períodos de sua história, como já apontado anteriormente (SUGAI, 2015).

No início do século XX já existiam os primeiros assentamentos precários, os quais se instalaram na região central da cidade, e eram naquele período poucas moradias nas áreas de encosta. Nos anos 40, na parte continental, surgem os primeiros assentamentos precários desta região. Na década de 50 continuam a surgir novas ocupações também na região central e sul do maciço do Morro da Cruz. Nos anos 70 até início dos anos 80, temos a formação dos primeiros assentamentos na região em direção ao norte da ilha, no bairro do Saco Grande, no sul da ilha, na região da Costeira do Pirajubaé e na direção do aeroporto. Mesmo assim, até os anos 70 o crescimento das ocupações irregulares foi mais lento, sendo que foi depois dos anos 1980 que o crescimento dos assentamentos começou a expandir-se ainda com mais rapidez (MIRANDA, 2001).

Já no final dos anos de 1980 é o período de expansão dos assentamentos precários em Florianópolis, chegando-se a constituir 32 ocupações irregulares no município. Esse intervalo entre os anos 70 e final dos anos 80 foi o período de maior fluxo da migração rural/urbana na região da grande Florianópolis (CASAGRANDE, 2006).

O processo de migração e de expansão dos assentamentos precários já era preocupante no final dos anos de 1970, em decorrência da implantação das grandes obras viárias, da instalação de sedes de empresas estatais, assim como a instalação da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Nesse período, a municipalidade começou a promover levantamentos, solicitar recursos e desenvolver projetos pontuais para atender às pressões dos movimentos sociais.

Na década de 1980, surgiram movimentos sociais que lutavam pelo direito à moradia e pela reforma urbana, que em Florianópolis começaram a atuar com mais força na região do Monte Cristo e Chico Mendes, mobilizando e organizando a população frente à problemática e desigual questão da moradia no município. Em 1987, foi criado o Fórum Nacional de Reforma Urbana, que serviu de inspiração e fortificação para os movimentos sociais que começavam a se fazerem presentes e debater o direito a cidade em Florianópolis.

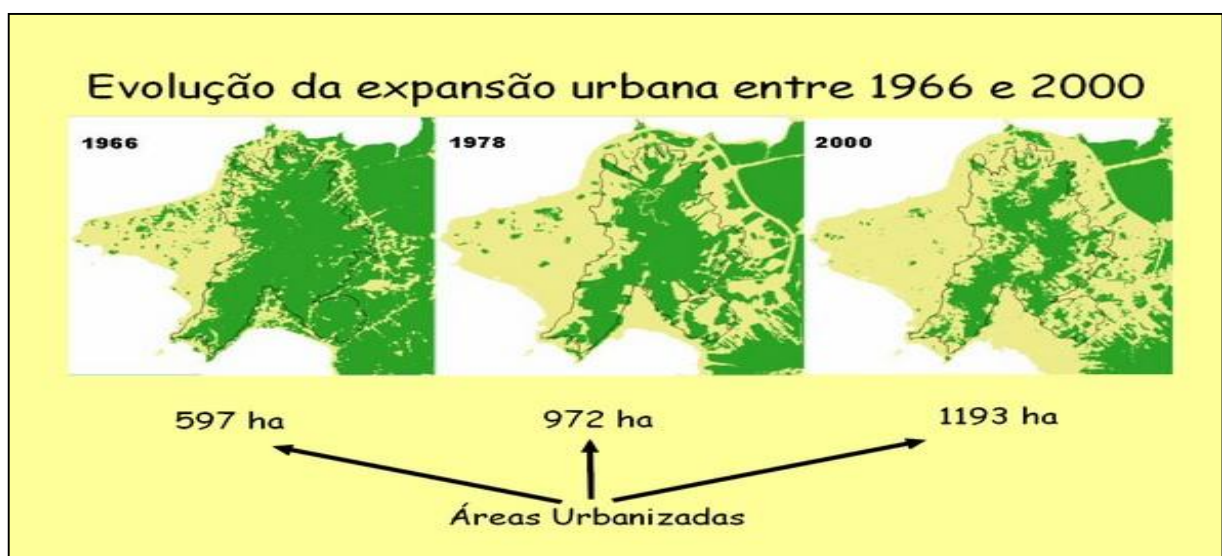
A partir dos anos 90, com a expansão da política neoliberal no país, a indústria, ao contrário das fases anteriores (até os anos 70), deixou de absorver mão de obra, com a mecanização do campo e aumento da população sem-terra. A população foi chegando com mais intensidade nos municípios próximos e nas periferias de Florianópolis, expulsa do campo a caminho dos centros urbanos, amontoando-se em busca de alternativas nos setores informais e no atrasado setor terciário.

Esse processo tornou-se cada vez mais caótico em toda essa década, acelerando ainda mais esses deslocamentos populacionais, desencadeando sérios problemas sociais ao município de Florianópolis e também bastante evidenciados na região metropolitana, conhecida como Grande Florianópolis.

O setor formal, já saturado, não absorveu esse grande contingente de mão-de obra que se avolumou na cidade, condenando muitas de famílias à inserção precária na malha urbana, com acesso ao trabalho informal e com poucas possibilidades de ascensão social.

No país, entre 1987 e 2007 é significativo o aumento percentual na população nas áreas urbanas, já chegando aos patamares de 85%, onde a taxa média de crescimento no período foi de 3,3% ao ano. Nesse mesmo período, a taxa de crescimento anual de Florianópolis foi de 3,11% ao ano, segundo o Censo do IBGE de 1980, 1991, 2000 (BRASIL). Já a taxa média de crescimento dos assentamentos precários neste período é superior à taxa média de crescimento da cidade. (MIRANDA, 2007), como observamos na figura 11:

Figura 11 - Evolução da Superfície Urbanizada central de Florianópolis



Fonte: Joel Pellerin (2006)

O acesso à terra urbana e periférica da cidade por parte da população de baixa renda se dará em áreas muito frágeis do município. Segundo Dutra (2011), a ocupação do solo e sua relação com o processo de exclusão social tem historicamente construído um cenário onde, na maioria dos casos, prevalecem dois universos: irregularidade e ilegalidade. Para a urbanista Ermínia Maricato (2003), esse processo na forma de ocupação não resulta de uma atitude de confronto à legislação, mas da falta de condições econômicas de acesso à terra e à moradia pelas populações marginalizadas.

Como resultado, o processo de urbanização no Brasil apresenta-se como uma máquina de produzir favelas, reproduzindo o risco, a pobreza e agredindo o meio ambiente. Para Rolnik (1999), esse universo, denominado urbanismo de risco, atinge direta e indiretamente toda a cidade, marcada pela insegurança, quer do terreno, quer da construção ou ainda da condição jurídica da posse daquele território, sendo essa bastante comum. As terras onde se desenvolvem tais mercados de moradia para os pobres são, normalmente, aquelas que pelas características ambientais são as áreas mais frágeis, perigosas e difíceis de ocupar. Nessas áreas, as construções raramente são estáveis, e a posse quase nunca totalmente inscrita nos registros de imóveis e cadastros urbanos das prefeituras.

Para essa população comum, na “Ilha da magia” resta apenas a terra de menor valor de mercado. Aquela terra acessível ao bolso do trabalhador, que irá pagar seu pequeno lote em parcelas de longo prazo, resultado, dentre outros, da difícil poupança familiar. Essas terras serão o território onde será construída a vida dos pobres urbanos.

As áreas mais frágeis da ilha são as áreas de várzeas, zonas alagadiças, expandindo-se nas encostas, no topo do Maciço Central de Florianópolis, que vão cada vez mais sendo o habitat de grande contingente das camadas empobrecidas da cidade. Nesse triste cenário, as ocupações irão romper as limitações da legislação urbanística, disputadas também por diferentes segmentos sociais. Nessas áreas são também construídos e consolidados loteamentos de alto padrão e luxuosas residências. Tratam-se de algumas áreas mais altas da cidade, com direito a vista privilegiada, dividindo esse cenário com as populações empobrecidas.

Face a tal contexto, basta caminhar pela cidade de Florianópolis e verificar como essa prática do uso irregular do solo urbano não se refere a uma determinada exceção de classe, mas sim à regra legitimada por todas as classes, confirmada nos múltiplos e visíveis cenários de ilegalidades. Assim, encontramos as construções irregulares também na orla marítima com empreendimentos turísticos luxuosos, nas áreas de dunas com a construção de loteamentos de luxo, nos cumes de morro com residências de luxo isoladas e condomínios de alto padrão. As

agressividades ao meio ambiente com as grandes construções, com alterações sucessivas no zoneamento visando acomodar grandes empreendimentos, são alguns dos exemplos que ocorreram e continuarão, infelizmente, ao que indicam os prognósticos, a ocorrer na cidade legal, promovida por agentes econômicos e imobiliários diversos, legitimados pelo poder público.

Pimenta (2005) aponta que existem dois processos de ocupação do solo no município de Florianópolis, que coexistem durante várias décadas e com certeza continuarão sendo consolidados.

Por um lado, a cidade feita através de loteamentos nem sempre legítimos, mas legais. Dessa forma, ocuparam-se as planícies litorâneas e centrais, mas também áreas de manguezais e encostas acima da cota estabelecida pela própria legislação urbanística. (PIMENTA, 2005, p.44).

Figura 12 - Centro de Florianópolis e o avanço da ocupação na área central do Maciço do Morro da Cruz. À direita, a comunidade do Morro do Horácio, e à esquerda, a Comunidade Alto da Caeira.



Fonte: Acervo de fotos da SMHSA (SECRETARIA, 2007)

A cidade é um produto social, ou seja, construído sócio-historicamente, tendo como principal vetor de norteammento interesses econômicos de acumulação de capital e de poder, através da apropriação e valorização das terras que são de caráter privado, configurado nesse jogo de cartas marcadas. Nesse território o Estado capitalista tem sua lógica de interesse, tendo seus protagonistas de plantão, que através de suas práticas somente vem legitimar e consolidar os problemas agravados pelo agressivo mercado imobiliário (SUGAI, 2015).

Aos pobres cabe resistir e lutar por seus direitos, numa difícil arena, onde as regras capitalistas já estão estabelecidas, porém não imutáveis, rompendo as regras do jogo do mercado. Entretanto, a luta é dura e desigual, sendo o avanço eficaz de suas expressões aviltado pelas alianças entre os poderosos na cidade.

Neste sentido, quando o Estado fica ausente na regularização do preço da terra, acaba dificultando o acesso à moradia, à educação, aos serviços urbanos e ao lazer, tornando mais desigual o acesso das condições de vida na cidade. Sendo assim, Florianópolis necessita de um real plano diretor, que seja instrumento de construção de uma cidade democrática, da distribuição das riquezas no plano urbano, garantindo acessibilidade igualitária aos serviços urbanos. Para Pimenta (2005), os planos diretores de até então não passaram de planos de ocupação do solo, desconstituídos de uma verdadeira política de desenvolvimento municipal e de sua espacialização.

No caso de Florianópolis, reconhecendo-se que a ilegalidade no acesso à terra constitui mais a regra do que a exceção, significativos esforços devem ser canalizados e mobilizados pela população pobre através da luta coletiva na direção do direito à terra, à moradia digna e ao provimento de condições mínimas de urbanidade para as áreas de habitação de baixa renda. É possível prever que todo o município de Florianópolis vai converter-se num mosaico retalhado de ocupações, com bolsões de pobreza adensando ainda mais as áreas de risco. Nesse cenário vai configurando-se uma cidade desarticulada no avanço das ocupações irregulares, cortando os bairros já consolidados, gerando sérios conflitos e tensões entre as classes sociais e o poder público.

Segundo Pimenta (2011), desde o pós-guerra o crescimento urbano do município promoveu processos extensivos de periferação, com sérios problemas de segregação da pobreza nas áreas de parcelamento irregular, terra onde o mercado não tem interesse imediato mas vem apontando claro interesse especulativo. Na ausência e incoerência das ações do Estado regulador, o preço da terra para significativa parcela da população de baixa renda, bem como todos os demais obstáculos que foram e continuam sendo impostos como dificultadores no

acesso à terra e à moradia, negando o direito à cidade, à urbanidade, limitando o acesso à infraestrutura, aos serviços urbanos, à educação, à saúde e ao lazer e à convivência comunitária. Quanto mais o espaço urbano está submetido à lógica especulativa, mais difíceis e desiguais se tornam as condições de acessibilidade à cidade urbanizada.

A assimetria entre a cidade legal e a cidade real é parte do cotidiano da população de Florianópolis. A cidade real não tem como camuflar o universo da ilegalidade, vistos os territórios esquecidos e marginalizados pelos órgãos públicos, onde seus números não são conhecidos pela cidade legal, constituindo um grande desafio para o planejamento urbano do município.

Segundo Costa (2006), é importante destacar, apesar de se atribuir aos pobres o processo de ocupações ilegais, que isso constitui apenas uma parte da realidade. Inúmeras irregularidades são cometidas pelas camadas sociais médias e altas, sem que o poder público tenha sido capaz de intervir eficazmente, regidas pela lógica do interesse imobiliário privado.

A situação de ilegalidade não é um atributo de uma classe social, nem restrito aos pobres, porém certamente os atinge de forma muito mais perversa, pois, numa sociedade regida pela lógica da mercadoria e caracterizada pela desigualdade e assimetria de poder nas relações sociais e econômicas, as raízes dessa ilegalidade transformam direito em mercadoria, valor de uso em valor de troca, norma geral em privilégio, tornando-se necessariamente elitizante e excludente.

Por tudo isso, ou seja, pelo fato da cidade tal como conhecemos ter sido gerada no bojo do processo capitalista de apropriação do solo urbano, é que surgem os processos de luta, resistência e ocupação.

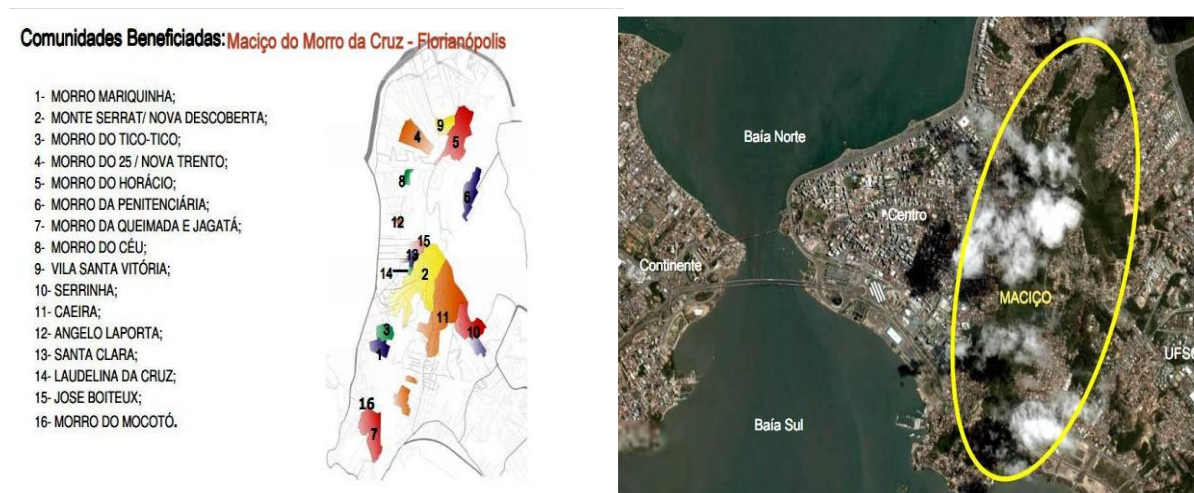
Esses processos de ocupação ocorrem para sinalizar e chamar a atenção para a realidade existente no município, porque, enquanto inúmeras famílias vivem de maneira indigna por não terem o acesso à moradia, existe uma grande proporção de imóveis desocupados que servem apenas para o veraneio de pessoas com alto poder aquisitivo. Essa forma desigual de acesso à cidade faz-nos refletir acerca da questão habitacional no município, pois enquanto não forem viabilizados meios igualitários para todos, a riqueza aumentará na mesma proporção que a pobreza.

3.2 AS ZEIS E AIS NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são parcelas urbanas destinadas à moradia da população de baixa renda, sujeitas às regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo, nas quais predominam as seguintes condições: famílias com renda inferior a 3 (três) salários mínimos, uso residencial, existência de habitações rústicas e /ou improvisadas, baixa qualidade de materiais utilizados na construção das unidades, existência de moradias com adensamento habitacional excessivo caracterizado por coabitação não voluntária e precariedade nas redes de infraestrutura urbana (PREFEITURA, 2012).

Segundo dados da SMHSA, o município possui 64 (sessenta e quatro) assentamentos precários, identificados como Áreas de Interesse Social (AIS), com necessidade de regularização urbanística e fundiária, bem como ações para o desenvolvimento econômico e social. Dos 64 assentamentos precários existentes em Florianópolis, soma-se um total de 13.231 unidades habitacionais, sendo que 9.356 estão localizadas na Ilha, e 3.875 no continente. Esses territórios são áreas ambientalmente frágeis identificadas espacialmente como: 38% delas em encostas, 11,01% em topos de morros, 18% em outras localidades inapropriadas, e apenas 33% encontram-se em áreas urbanizadas/consolidadas, conforme dados da Prefeitura Municipal de Florianópolis (2012). De acordo com o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PREFEITURA, 2012), desses 64 Assentamentos existentes no município apenas 17 são zoneados como ZEIS. No entanto, existe uma proposta em debate que propõe que todas as AIS do município sejam transformadas em ZEIS. A figura 13 demonstra os 16 assentamentos precários localizados no Maciço do Morro da Cruz:

Figura 13 - Relação das Comunidades localizadas no Maciço do Morro da Cruz.



Fonte: MARTINS (2015)

O Projeto Maciço do Morro da Cruz (PMMC), abrange a intervenção nesses assentamentos precários, nas comunidades empobrecidas, localizadas na região central da capital de Santa Catarina, o que beneficiaria diretamente 5.667 famílias, e um total estimado de 22.708 habitantes, representando aproximadamente 40% de toda a população de interesse social do município de Florianópolis (PREFEITURA, 2009b). Desde 2007, essas comunidades estão recebendo melhorias de urbanização através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Este é um programa muito importante, pois grande parte dos recursos são advindos do Governo Federal com contrapartida do Município, o qual nem sempre faz sua parte no que tange à destinação dos recursos. O PMMC contempla a implantação de rede de esgoto, água, energia elétrica, pavimentação, construção de muros de contenção, construção de habitações, recuperação ambiental, atividades de organização comunitária e educação sanitária e ambiental.

Existem muitas outras ZEIS, AEIS e AIS no município que precisam de intervenções públicas; no entanto, no presente momento as intervenções são pontuais e destinadas a atender às 16 comunidades acima referidas. Isso deixa ainda mais evidente a ineficácia no que tange à questão habitacional, pois as ações desenvolvidas contemplam poucas áreas, quando deveriam atender a todas as que necessitam de algum tipo de intervenção. Vale ressaltar ainda que essas intervenções só estão sendo realizadas porque, como foi salientado no parágrafo anterior, o Governo Federal em parceria com o Estado e o Município financiam através do PAC o PMMC, já que historicamente a atuação municipal vem se mostrando falha no que tange ao enfrentamento da questão habitacional em Florianópolis.

4 APONTAMENTOS SOBRE A QUESTÃO HABITACIONAL EM FLORIANÓPOLIS

Historicamente, no Brasil, o acesso à terra e à moradia por parte das famílias pobres, seja por vias de mercado ou de políticas públicas, sempre se apresentou insuficiente e inadequado, não atendendo às necessidades mínimas de um grande número de famílias (FUNDAÇÃO, 2005). Na ausência de um Estado que atue decisivamente na ampliação da oferta de moradias dignas e populares, o mercado estrutura-se a partir de lógicas bem diferenciadas.

O grande contingente da pobreza urbana, sem condições financeiras de acesso à terra urbanizada, tem viabilizado como alternativa para a moradia a ocupação de terras sem infraestrutura e serviços básicos e a autoconstrução de moradias precárias. Como consequência, o que se vê na maioria das cidades brasileiras é a multiplicação da ilegalidade e informalidade.

No centro urbano e periferias metropolitanas, o acesso irregular de terras é uma regra e não uma exceção, esta ditada pela falta de alternativas de moradia (MARICATO, 2000). O avanço dos assentamentos precários vai constituindo-se num cenário de ocupação que varia entre o inadequado, o abandonado e o perigoso, e onde as moradias são construídas à revelia de qualquer critério técnico, multiplicando e reproduzindo riscos de toda ordem. Além disso, as experiências de produção de moradias efetuadas pelo poder público não raramente não consideram as singularidades culturais neste país que é tão diverso, tampouco leva em conta as diferenças no tamanho e na composição das famílias.

São espaços marginalizados e segregados, ambiente de baixa qualidade, com carências acumuladas, sustentando um cotidiano de negação (BITON, 2003). Nesse processo vão prevalecendo dois universos: irregularidade e ilegalidade, atingindo direta e indiretamente toda a cidade, marcado pela insegurança, quer do terreno, quer da construção ou ainda da condição jurídica da posse da terra (ROLNIK, 1999). Como resultado, o processo de urbanização no Brasil apresenta-se como uma máquina de produzir favelas, reproduzindo o risco e agredindo o meio ambiente.

Em Florianópolis as iniciativas no campo da habitação foram tardias, e conduzidas com centralidade na Companhia de Habitação de Santa Catarina (COHAB/SC). Essa instituição pública desempenhou por muito tempo o papel de provedora da habitação pelo Estado, especialmente através de programas de construção de conjuntos habitacionais populares ou de

regularização fundiária em áreas de interesse social, tornando tardia a participação dos governos municipais (SILVA, 2008).

Segundo Silva (2008), a primeira intervenção da Prefeitura de Florianópolis deu-se em 1978 com o Projeto Sapé⁹. Porém, por falta de estrutura institucional e operacional, esse Projeto foi assumido posteriormente pela própria COHAB.

No período de 1989/1992, após mais de 10 anos para que uma nova intervenção habitacional fosse realizada, era somente mediante a pressão de organizações da sociedade civil que atuavam no direito à moradia e direito à cidade. Nesse sentido, foram implantados projetos de regularização da posse de terra, originando-se o loteamento Jardim Ilha Continente no Bairro Capoeiras, atendendo 144 (cento e quarenta e quatro) famílias da área continental da Ilha, e ainda a construção de 50 (cinquenta) unidades habitacionais com infraestrutura, objetivando beneficiar as famílias ocupantes de área em que seria implantada a via PC-3 no Continente. Nesse mesmo período, foi instituído o Fundo Municipal de Integração Social (FMHIS), instrumento que atuava no financiamento de empreendimentos na área de habitação e desenvolvimento social.

No ano de 1996, foi necessário que um processo instaurado pela Promotoria Pública obrigasse a Prefeitura a construir 16 unidades habitacionais na Vargem do Bom Jesus, as quais seriam destinadas às famílias que se encontravam em uma área pública de Canasvieiras e em área de preservação ambiental localizadas no Morro da Cruz (PREFEITURA, 2012).

No ano de 1998, Florianópolis passa a fazer parte do Programa Habitar Brasil/BID, sendo esta uma parceria do Governo Federal com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Essa parceria possibilitou que fossem realizadas ações com vista ao desenvolvimento institucional, além de obras de infraestrutura e habitação.

No período de 1997 a 2000, houve um investimento de cerca de quatro milhões de reais de recursos próprios do Município e cerca de três milhões de reais em recursos advindos do Governo Federal através do Programa Habitar Brasil, o que culminou na execução de alguns projetos habitacionais, sendo eles:

⁹ Algumas informações sobre o Projeto Sapé: tinha como objetivo realizar um Programa Municipal de Habitação voltado para a população de baixa renda, visando oferecer moradia com custo reduzido e num padrão razoável de conforto, durabilidade e adaptação às necessidades familiares por meio da execução de módulos – embriões (habitações) em sistema de mutirão para 160 famílias de baixa renda, definidas a partir de critérios de localidade (morador de favela e de terreno de ocupação ilegal), considerando o aspecto socioeconômico (habitação subnormal, renda familiar, idade, estado civil, tempo de residência, disponibilidade para o mutirão) e jurídico (documentação pessoal regularizada). Localizou-se no Continente, numa gleba de terra de aproximadamente 52.000m², nas proximidades do Bairro Monte Cristo, também em formação (FLORIANÓPOLIS apud SILVA, 2008).

Conjunto habitacional Vila União com 159 habitações, para atender famílias vítimas das enchentes de 1995 e famílias removidas das margens da via expressa (BR 282); Conjunto habitacional Vila Cachoeira, localizado no bairro Saco Grande, com 205 habitações, beneficiando famílias removidas das margens via da expressa (BR 282); Projeto Habitacional Chico Mendes, com 140 moradias. Ainda neste período foram efetivadas algumas parcerias as quais originaram os seguintes empreendimentos: conjunto Abraão no continente, com 177 unidades habitacionais, parceria com a COHAB/SC, atendendo famílias removidas da via expressa (BR 282); conjuntos habitacionais Caminho do mar e Vilares, com 430 moradias, com recurso do Programa Crédito Associativo da caixa econômica Federal. (PREFEITURA, 2009b).

No total foram construídas 1.111 (hum mil, cento e onze) unidades habitacionais com infraestrutura e serviços comunitários, o que caracterizou uma atuação na área habitacional, sendo necessárias ações destinadas à avaliação da legislação urbana e habitacional no município, no intuito de definir parâmetros de atuação condizentes com as demandas habitacionais das camadas de baixa renda.

No que se refere às obras, em 2008 foram concluídas 425 moradias na Região do Chico Mendes e 38 no Morro do Mocotó, além de infraestrutura urbana e equipamentos comunitários beneficiando um total de 1.487 famílias. Em relação ao desenvolvimento institucional, a Prefeitura está realizando um conjunto de estudos e proposições com vista a capacitar o município para dar respostas às demandas habitacionais de interesse social, com a estruturação de instrumentos de planejamento e gestão, de regulação urbanística e de políticas e programas (PREFEITURA, 2009b).

No que tange à questão habitacional na atualidade, o poder público do município vem desenvolvendo o Projeto Maciço do Morro da Cruz, financiado pela parceria das três esferas de governo através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A execução deste programa tem como foco central a realização de obras de infraestrutura em 16 comunidades de baixa renda de Florianópolis, comunidades essas que se formaram por volta de 1970/1980. O mesmo se aplica aos Projetos de Urbanização e Habitação na Comunidade Boa Vista, que tem como foco atender cerca de 40 famílias, através de obras de infraestrutura e unidades habitacionais, bem como ao Projeto de Habitação e Urbanização da Comunidade da Panaia, que visa atender 31 famílias com obras e infraestrutura, e ainda se aplica a outras 6 com a construção de unidades habitacionais (PREFEITURA, 2009b).

Como podemos observar, a trajetória habitacional no Município de Florianópolis é recente. Alguns projetos habitacionais que visam à garantia ao direito à moradia foram desenvolvidos, porém, foram insuficientes.

Em meio a esse processo de negação de direitos sociais de grandes faixas da população, cabe ressaltar com muita ênfase a importância das lutas e resistência empreendidas pelos movimentos sociais que se fizeram presentes, organizando e ao mesmo tempo tencionando para

que a Prefeitura garantisse os direitos dessa população atingida pela segregação territorial e restrição dos direitos que sempre fizeram parte da realidade do Município.

Os fatores que influenciaram para as dificuldades no tocante à questão habitacional da ilha, cujo breve recorte está descrito neste trabalho, fazem com que parcela significativa da população não tenha o direito à moradia, ou tenha que ocupar encostas de morros, áreas alagadiças, com carência de infraestrutura e serviços públicos.

Dentre estes movimentos atuantes em torno da questão habitacional em Florianópolis, podemos destacar alguns que muito contribuíram e se fizeram grandes protagonistas nos processos de luta pelos direitos em Florianópolis e no estado de Santa Catarina.

A União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO), sendo esta uma instituição sem fins lucrativos, fundada em 1987, e que tem como foco atuar no fortalecimento de associações de moradores e conselhos comunitários, por exemplo, teve e ainda tem papel relevante no que toca principalmente às questões que envolvem a questão da moradia e o direito à cidade. Esta organização reúne dezenas das associações de bairro de natureza comunitária no município de Florianópolis, as quais funcionam com capilaridade de modo a buscarem manter identidade nos processos de resistência à imensa pressão dos desdobramentos do capitalismo no cotidiano das comunidades.

O Movimento Sem Teto (MST), movimento que surgiu na década de 90, atuando ao lado dos excluídos na luta pelo direito à moradia, tem dificuldades de cristalização de suas ações no Estado de Santa Catarina, aparecendo em momentos mais pontuais e menos sistemáticos.

Quanto a organizações que desempenharam ou despenham um trabalho de organização comunitária, pode-se exemplificar a existência do Centro de Apoio e Promoção do Migrante (CAPROM), que foi legalmente registrado em 1987 e funcionava como uma Organização Não Governamental (ONG) que atuava nas questões referentes aos migrantes, já que o poder público não manifestava interesse político frente a essa problemática. Sua luta antes de sua fundação legal era baseada em ações de cunho assistencialista, visando ajudar os migrantes que chegavam a todo tempo, com alimentação, medicamentos, documentação e até mesmo com passagem de volta para sua cidade de origem (RAITZ, 1993).

Após sua fundação começam a ter um trabalho mais organizativo e coletivo centrando forças nas áreas de conflito que são as áreas de disputa de solo urbano. A partir de 1988 quando surgem inúmeras ações de despejo, o CAPROM desenvolve um verdadeiro trabalho de defesa comunitária, organizando e fortalecendo as comunidades. Este período foi marcado por várias articulações com as primeiras ocupações organizadas, surgindo então o Movimento Sem Teto. (RAITZ, 1993, p. 45).

O Centro de Educação e Evangelização Popular (CEDEP), por sua vez, foi criado em 1987, com propósito de apoiar e fortalecer iniciativas dos movimentos populares que emergiram depois do grande fluxo migratório da época.

Inicialmente foram planejadas e desenvolvidas com essa população ações como obtenção, a legalização dos espaços de moradia e a implantação da infraestrutura básica. Em 1991 começou o trabalho educativo com crianças e adolescentes, denominado projeto oficinas do Saber, instalado em pequenas unidades, as casas comunitárias, localizadas em quatro áreas: Ilha Continente, Novo Horizonte, Santa Terezinha e Nova Esperança. (CENTRO, 2014).

Já o Centro de Assessoria e Autogestão Popular (CAAP) atuava na capacitação de organizações de base nos movimentos de moradia, no sentido da realização da autogestão e projetos de geração de renda. Segundo um dos seus fundadores, esse movimento enfraqueceu-se e hoje podemos dizer que não mais é atuante, mas que foi parte importante no processo de luta pela moradia.

O Fórum da Cidade, criado em 2001, caracterizou-se como um espaço importante que conta com a articulação de diversos movimentos sociais, tanto coletivos quanto individuais, que atuam em assuntos referentes à questão habitacional no Município e ao direito à cidade. Surgiu no contexto de criação do Estatuto da cidade e tinha um espaço permanente de debate e ação na questão da moradia.

Algumas organizações ligadas ao poder público também imprimiram atuação marcante que contribuiu com a busca pela socialização dos espaços para moradia digna no Estado. Neste caso, pode-se destacar o Núcleo de Estudos de Serviço Social e Organização Popular (NESSOP), sendo este localizado no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Comprometido com questões referentes às demandas comunitárias e à construção da cidadania e da participação social, desde 1992, exerce importante papel de formação de grupos comunitários e execução de seminários e debates e de assessoria ao Fórum da Cidade.

Como órgão paritário, com as finalidades fiscalizadora e deliberativa, o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS) é um conselho de importância na luta pela moradia, considerando que é um espaço coletivo, que conta com a participação da sociedade civil e poder público. Com isso é imprescindível que a sociedade civil ocupe de fato seu papel, tencionando e exigindo a atenção do poder público para a questão habitacional no município.

O Conselho Gestor de Habitação de Interesse Social é exigido pelo art.12, II da Lei Federal nº 11.124/05. Sendo assim, o município de Florianópolis para se adequar às normativas federais, cria o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS), em 24 de março de 2010 pela Lei Municipal n 8210/2010. Esse Conselho é de caráter consultivo, fiscalizador e deliberativo, cuja função é de acompanhar, fiscalizar e decidir sobre a Política Habitacional de Florianópolis, assim como de todos os programas e projetos a ela relacionados (AGUIAR, 2014, p.56).

Vale também salientar a luta e os processos de resistência existentes nas disputas e espaços destes conselhos comunitários e de direitos, presentes na história e no processo de organização em prol da moradia. As associações que visam a garantia ao direito à cidade e à moradia em Florianópolis tem tentado mobilizar a população para que essa ocupe seu espaço nos debates e faça valer seus direitos.

Outras organizações, localizadas em estratos da sociedade civil ligados aos poderes concentrados do setor privado, tiveram também o papel de tencionar o campo de lutas pelo direito à moradia. Dentre estes, destacamos o SINDUSCON e a ONG FloripAmanhã sempre defendendo os privilégios do empresariado e da elite da cidade.

A falta de moradia ou a precariedade habitacional em Florianópolis faz parte da realidade de muitas famílias no Município, que foram “expulsas da Cidade Legal” pela selvageria do capital, passando assim ocupar a “cidade ilegal”, tendo assim mais um de seus direitos violados, o direito de ter uma moradia digna e adequada às suas necessidades. Nesse sentido, compreende-se que o conceito de moradia digna significa:

Segurança da posse: a moradia não é adequada se os seus ocupantes não têm um grau de segurança de posse que garanta a proteção legal contra despejos forçados, perseguição e outras ameaças.

Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura: a moradia não é adequada, se os seus ocupantes não têm água potável, saneamento básico, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo.

Economicidade: a moradia não é adequada, se o seu custo ameaça ou compromete o exercício de outros direitos humanos dos ocupantes.

Habitabilidade: a moradia não é adequada se não garantir a segurança física e estrutural proporcionando um espaço adequado, bem como proteção contra o frio, umidade, calor, chuva, vento, outras ameaças à saúde.

Acessibilidade: a moradia não é adequada se as necessidades específicas dos grupos desfavorecidos e marginalizados não são levados em conta.

Localização: a moradia não é adequada se for isolada de oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais ou, se localizados em áreas poluídas ou perigosas.

Adequação cultural: a moradia não é adequada se não respeitar e levar em conta a expressão da identidade cultural (UNITED NATIONS, 1991, apud BRASIL 2013).

O déficit habitacional é dividido em dois, sendo eles: o déficit habitacional quantitativo e o déficit habitacional qualitativo.

O déficit habitacional quantitativo caracteriza-se pela necessidade de novas moradias, sendo esta expressa por: reposição e incremento de estoque. A reposição de estoque compreende domicílios rústicos, ou seja, aqueles cuja construção é feita por material improvisado como madeira aproveitada, vasilhames, entre outros, indicando a necessidade de substituição. O incremento de estoque é composto por domicílios improvisados, coabitação famílias (duas ou mais famílias compartilhando o mesmo domicílio, ou em cômodos), além daquelas com ônus excessivo com aluguel. (...) O déficit qualitativo apresenta a realidade de famílias que já possuem sua própria moradia, mas esta não alcança parâmetros mínimos de qualidade, devido a no mínimo um destes indicadores: carência de infraestrutura; adensamento excessivo; inadequação fundiária. (PREFEITURA, 2012, p.17-21).

As tabelas abaixo apresentam a estimativa do déficit habitacional em Florianópolis; assim sendo, podemos observar que tanto o déficit qualitativo quanto o déficit quantitativo interferem na qualidade de vida da população: conforme os dados abaixo, 7.842 famílias não têm acesso à moradia e 18.141 pessoas apresentam algum tipo de precariedade habitacional, seja por carência de infraestrutura, inadequação fundiária e adensamento excessivo.

Miranda (2001 apud FUNDAÇÃO, 2005) aponta que uma característica marcante do déficit habitacional quantitativo é a sua concentração nas camadas empobrecidas da população. Aproximadamente 55% do déficit concentra-se nas famílias com renda mensal de até 2 salários mínimos. Ao analisar o que Miranda (2001) explicita, percebemos que os pobres são os mais afetados pela falta ou precariedade na moradia.

Tabela 1 - Déficit quantitativo no Município

Distrito	Habitações existentes	Percentual de habitações	Déficit habitacional estimado por distrito
Ingleses do Rio Vermelho	190	1,44%	113
Cachoeira do Bom Jesus	310	2,34%	183
Canasvieiras	45	0,34%	26
Campeche	283	2,14%	168
Ribeirão da Ilha	1.696	12,82%	1.005
Pântano Sul	06	0,05%	04
Sede (Continente)	3.875	29,29%	2.297
Sede (Ilha)	6.826	51,59%	4.046
Total	13.231	100%	7.842

Fonte: Adaptado de COBRAPE (2007 apud PREFEITURA, 2012).

Tabela 2 - Déficit qualitativo no Município

Tipo de inadequação	Descrição	Quantidade estimada - 2009	Fonte
Inadequação por carência de infraestrutura	Carência de água	829	Pesquisa realizada pela COBRAPE
	Carência esgoto sanitário	4.513	
	Carência energia elétrica	730	
	Carência coleta de lixo	2.732	
	Sem sanitários internos	701	
Inadequação por Adensamento Excessivo	Adensamento excessivo	1.488	A partir de dados FJP/IBGE
Inadequação fundiária	Inadequação fundiária	7.148	CADHAB com percentuais da pesquisa realizada pela COBRAPE.

Fonte: Adaptado de COBRAPE (2007 apud PREFEITURA, 2012).

A tabela abaixo esclarece acerca da destinação de recursos para a promoção de habitação no Município. No entanto, percebemos que o montante de recursos investidos anualmente em habitação é muito baixo frente à demanda habitacional apresentada; nesse sentido, enquanto não houver de fato preocupação do poder público no que tange ao enfrentamento efetivo do déficit habitacional em Florianópolis este não será solucionado e as camadas empobrecidas serão as mais prejudicadas.

Tabela 3 - Investimento Orçamentário Municipal em Habitação (%)

Ano	Investimento Orçamentário Municipal em Habitação (%)
2005	0,44%
2006	0,89%
2007	1,13%
2008	0,95%
2009	0,83%
2010	0,12%
2011	0,04%
2012	0,72%

Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Florianópolis (2012).

Problematizar a questão da falta de habitação para todos no município não é tarefa fácil, pois os baixos investimentos, a alta necessidade deste direito negado, a falta de atenção do poder público e a pressão insuficiente realizada pela sociedade civil organizada culminam num certo “esquecimento” dessa temática por falta dos setores responsáveis.

Outro fator que agrava o quadro é que os dados acima citados estão defasados, não nos permitindo fazer uma análise concreta da situação. As experiências vivenciadas em campo durante o processo de estágio apresentam uma realidade que se contrapõe aos dados acima, já que a estimativa do déficit habitacional é visivelmente bem maior do que os dados apresentados, estando na verdade uma quantidade ainda maior da população que está inserida nesse universo perverso e mascarado da falta de moradia no Município¹⁰.

¹⁰ Diferente da falta de acesso das populações empobrecidas de Florianópolis à moradia, é o cálculo do número de imóveis vazios frente a quantidade de pessoas que não conseguem acessá-los. Ou seja, é possível que numericamente, do ponto de vista comparativo, não exista de fato um déficit, mas concentração e desigualdade imobiliária. Contudo, este recorte de pesquisa não corresponde ao nosso trabalho, sendo sim a preocupação com o não acesso à moradia digna, que é este sim um problema mais que concreto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como salientado em todo o corpo do trabalho, Florianópolis desde a sua fundação e em todo seu ciclo de crescimento mostrou-se um território muito elitizado, constituído por áreas radicalmente heterogêneas e ocupadas por conjuntos de segmentos sociais distintos, os ricos e a classe média vivendo em territórios segregados, enquanto os pobres vivem em territórios marginais da cidade, invisíveis e colocados à margem da cidade, longe da infraestrutura e serviços, distante da urbanidade. Essa reprodução do espaço sempre seguiu a lógica capitalista, conduzindo a duas territorialidades: a segregação espacial e a negação de muitos dos direitos sociais como a moradia digna, configurando condições de habitabilidade e acesso às benfeitorias urbanas bem diferenciadas.

As condições habitacionais em Florianópolis tem um recorte de classe como sua marca principal, reprodução de uma sociedade elitista, conservadora e concentradora de renda, onde os investimentos foram sempre voltados para o interesse imobiliário, e este, alicerçado ao latifundiário e ao poder do estado.

Essa segregação territorial, econômica e social frente ao processo de produção do espaço urbano fortemente regulado pela lógica do mercado sempre impossibilitou e continua privando o acesso à terra aos trabalhadores e o direito à moradia, o direito à cidade, o direito à dignidade e à construção da cidadania. Vale destacar mais uma vez que o acesso à moradia não se resume a apenas um teto e quatro paredes, fazendo parte de uma estrutura maior, a qual mantém inter-relações com o conjunto de serviços sociais básicos da cidade, como a educação, saúde, lazer, segurança, renda, dentre outros fatores que fazem parte das necessidades de sobrevivência da vida humana.

As propagandas institucionais declaram aos quatros ventos que a cidade de Florianópolis é uma das cidades brasileiras com a melhor qualidade de vida. Dados do IBGE trazem que o estado de Santa Catarina em 2012 apresentou as três cidades com o maior PIB, sendo o município de Itajaí como a primeira colocada, com 11,1% do PIB estadual, Joinville aparece na segunda posição, com 10,3% e Florianópolis ficou com o terceiro lugar, ao contribuir com 7,1% para o PIB estadual. Estudos do PNUD (PROGRAMA, 2013, p. 2), uma das agências das Nações Unidas, em 2013 destacam que o município de Florianópolis é a melhor capital do Brasil, com destaque na colocação do melhor ranking do IDH.

Neste contexto, a pergunta que não pode jamais calar é: a melhor cidade para quem? Qualidade de vida para quem? A busca por um modelo ideal de cidade, como cidade

mercadoria, é um troféu que todo gestor municipal busca oferecer ao mercado. É preciso compreender, no entanto, que as “cidades-modelo” pagam o preço e aparecem com uma lógica de especulação e exploração.

A cidade não é apenas a organização social do espaço, suas ruas e edificações, seus bairros, pessoas carregando sonhos, isoladas na multidão, em um deserto de prédios, que aboliu o horizonte e apagou as estrelas. A cidade é expressão das relações sociais de produção capitalista, sua materialização política e espacial que está na base da produção e reprodução do capital (IASI, 2013, p.41).

Os números reais da cidade informal fogem das estatísticas oficiais, são camuflados e negligenciados, há pouco conhecimento do universo do que seria este déficit habitacional, das reais necessidades de moradias para a população de baixa renda em nosso município. Tais informações não interessam ao mercado imobiliário e fundiário, tampouco ao poder público e às elites catarinenses, por permitir aspectos de desvelamento do real.

Como explorado desde o início neste trabalho, a busca dessa acumulação de capital e de poder impõe determinado modelo ideal que gera inúmeras contradições sociais, as quais agudizam a cristalização de uma cidade segregacionista e negadora para as camadas empobrecidas. Não incluir a população de baixa renda no direito à cidade é privá-la de ocupar seu espaço e garantir seu pleno desenvolvimento, restando apenas alternativas perversas de sobrevivência, a marginalidade, o abandono, onde a resistência e a luta para que a cidade não seja alvo de privilégio de classe torna-se imperativa.

A realidade do município esconde processos contraditórios, pois as classes mais abastadas querem ter os pobres sempre distantes. No entanto, os mesmos são necessários para manutenção dos interesses dessa elite, considerando que essa mão de obra barata deve estar próxima e sempre disponível. Sendo assim, não ocorre apenas a especulação da terra em Florianópolis, como a especulação de gente, onde os pobres são necessários para a manutenção desse modelo camuflado e vendido de cidade ideal conforme interesses capitalistas.

Enquanto as elites da cidade buscam possibilidades de vender esse modelo de cidade, nos marketings institucionais como *Ilha da Magia*, *Capital do Mercosul*, *Capital Internacional do turismo*, *Capital das belas mulheres*, as praias e os redutos privilegiados têm acesso fundamentalmente centrado nas classes mais altas do ponto de vista socioeconômico, negando o direito à cidade para a população pobre.

A disputa mercantilista na cidade de Florianópolis continua a ocorrer nas áreas privilegiadas e de alto valor econômico agregado, onde a ilegalidade e irregularidade não têm a mesma conotação e punição face às diferentes classes sociais. Nesse universo a ilegalidade e

irregularidade são atribuídas apenas às camadas empobrecidas da “Ilha da Magia”, que não possui meios econômicos e políticos para legalizar o ilegal e regulamentar o irregular.

Construir uma cidade para todos significa garantir de fato o direito à cidade, cujo processo exige distribuição da riqueza socialmente produzida, e ainda, que os governantes assumam seu papel na garantia à qualidade de vida de sua população, respeitando, ouvindo e atendendo os anseios do seu povo. A população de Florianópolis não pode acreditar que vive em uma “Ilha da Magia”, ajudando assim a reforçar essa ideia de cidade ideal, quando inúmeras famílias vivem na concreta situação de pobreza em suas mais variadas expressões, como a inexistência massiva de moradia digna.

Uma cidade verdadeiramente ideal precisaria romper com as desigualdades sociais, com os privilégios de classe, como única condição para que as camadas empobrecidas tenham seus direitos realmente efetivados, já que os interesses privados prevalecem e reforçam a desigualdade social, a negação contínua de direitos e a cidade como um lugar de conflitos e interesses opostos.

No entanto, somente quando a população realmente estiver organizada, consciente dos seus direitos, crítica quanto a sua condição subalternizada e unida para exigir tais mudanças é que de fato poder lutar por uma verdadeira reforma urbana e da vida social, para com isso podermos dizer que estamos caminhando para uma cidade mais justa e igualitária, sendo que o momento atual é extremamente excludente.

Por fim, quando pensamos nas respostas para as perguntas acima citadas, podemos responder com muita clareza que Florianópolis é uma cidade com a melhor qualidade de vida para a sua “elite”. Estas camadas da população usufruem cotidianamente das legislações e da falta do seu cumprimento com suas influências políticas e econômicas, fazendo com que seus interesses sejam superiores, garantidos e legalizados. Os direitos duramente conquistados, mesmo que não efetivados, estão se esvaindo, já que quem deveria garantir esses direitos são os mesmos que os violam, legitimando aos interesses privados e reforçando o privilégio de uma classe em detrimento da outra.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Mariza Dreyer de. **O Direito à moradia X aluguel social:** o debate no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis. 2014. 82 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- BITOUN, Jan. O embate entre as questões ambientais e sociais no urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges de (Org.). **Dilemas urbanos:** novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à moradia adequada.** Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. (Por uma cultura de direitos humanos). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002254/225430POR.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2015.
- BRASIL. **Constituição Federal.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 27 nov. 2015
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Cidades – Santa Catarina – Florianópolis.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420540&search=santa-catarina|florianopolis|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 08 nov. 2015.
- BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Estrangeiros na própria terra:** Presença Guarani e Estados Nacionais. Florianópolis/Chapecó: UFSC/Argos, 2010.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina.** [Florianópolis]: Laudes, 1970.
- CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais e pequena produção açoriana na ilha de Santa Catarina.** 1.ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1989.
- CARTÓRIO Silva. Disponível em: <http://cartoriosilva.com.br/santo_antonio_lisboa.html>. Acesso em: 15 nov. 2015.
- CASAGRANDE, W. A. **Causas da migração rural urbana na região da Grande Florianópolis.** Relatório de pesquisa - Síntese regional. Florianópolis: Epagri - Cepa, 2006.
- CASCAES, Franklin. **O fantástico na ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, 2012.
- CENTRO de Educação e Evangelização Popular - CEDEP. **CEDEP-Floripa.** Disponível em: <<http://www.cedep-floripa.org.br/historia.htm>>. Acesso em: 27 de novembro de 2015.
- COSTA, Heloisa Soares de Moura. A Cidade Ilegal: notas sobre o senso comum e o significado atribuído à ilegalidade. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org.). **As Cidades da Cidade.** Belo Horizonte: Ufmg, 2006. p. 145-155.

DAMBROS, Marina Feltrin. **O aluguel social como expressão do déficit habitacional em Florianópolis**. 2014. 78 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

DUTRA, Rita de Cássia. **Indicadores de Vulnerabilidade: no contexto da habitação precária em área de encosta sujeita a deslizamento**. 2014. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Civil, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

FANTIN, Márcia. **Cidade Dividida**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FOTOS Antigas de Florianópolis. Disponível em:
<<http://fotosantigasflorianopolis.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

FLORIANÓPOLIS Ontem e Hoje. **Hercílio Luz e a Ponte**. Disponível em:
<<http://floripendio.blogspot.com.br/2010/05/hercilio-luz-e-sua-ponte.html>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

FUNDAÇÃO cultural de Florianópolis Franklin Cascaes. Florianópolis terá programa para preservar a renda de bilro. In: **Site da Prefeitura Municipal de Florianópolis**. 10 fev. 2010. Disponível em:
<<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/franklincascaes/index.php?pagina=notpagina-i=984>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

FUNDAÇÃO cultural Franklin Cascaes. **Florianópolis, uma síntese histórica**. Secretaria Municipal de educação, 1993.

FUNDAÇÃO João Pinheiro - FJP. Centro de Informações e Estatística. **Déficit habitacional no Brasil- Municípios selecionados e Microrregiões Geográficas**. Belo Horizonte, 2005.

FUNDAÇÃO João Pinheiro - FJP. **Favelização no Brasil**. Déficit Habitacional do Brasil, 2013. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/559-deficit-habitacional-2011-2012/file>>. Acesso em: 10 out. 2015.

GARCIA, Marcelo. Passeio virtual pelas fortalezas catarinenses. **Ciência Hoje**. (online) 15 out. 2009. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/historia/passeio-virtual-pelas-fortalezas-catarinenses>>. Acesso em: 10 out. 2015.

GENI. **Francisco Dias Velho (1622-1687)**. Disponível em:
<<http://www.geni.com/people/Francisco-Dias-Velho/6000000014679153159>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO et al. **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

IASI, Mario Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

LAGES, João M.C. 250 anos da Morte do Brigadeiro José da Silva Paes. **Agora: O jornal do sul**. Rio Grande. 14 nov. 2010. Disponível em:

<<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=5&n=3832>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

LEAL, João. **Cultura e identidade açoriana: o movimento açorianista em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2007.

LEITE, Mara de Fátima; LOMBARDI, Ivete; PIAZZA, Walter Fernando. **Os Catarinas: Terras e Gente**. Florianópolis: Lunardelli, 2002.

MACHADO, Edneia Maria. Questão social: objeto do Serviço Social? In: **Serviço Social em Revista**, v. 2, n. 1, jul.-dez. 1999, Universidade Estadual de Londrina – UEL. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_quest.htm>. Acesso em 29 nov. 2015.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.) **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In: CASTRIOTA, L.B. (Org.) **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: Editora Arte, 2003.

MARTINS, Marina Correa. **Relações com o Espaço: um estudo de caso sobre a implantação das obras do PAC na comunidade do Alto da Caieira do Saco dos Limões**. 2009. 104 f. Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://nau.ufsc.br/files/2010/11/tcc_Marina3.pdf> Acesso em: 20 nov. 2015

MARX, Karl. **O Capital**. Tomo II, Capítulo XXIV. – A Assim chamada acumulação primitiva. São Paulo: Abril, 1998.

MIRANDA, Rogério. **Caracterização do crescimento das favelas em Florianópolis como uma contribuição para o gerenciamento de projetos de habitação popular**. Florianópolis, 2010. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso Pós-Graduação em Gerenciamento de Projetos. Faculdade de Tecnologia do SENAI, Florianópolis, 2010.

_____. **Habitação popular & favelas em Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: <http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/24_05_2010_16.48.45.0484708a3bbef731e3721691ef46e10a.pdf>. Acesso em: 22 de novembro de 2015>. Acesso em: 27 nov. 2015.

NETO, Aracídio de Freitas Barbosa. **As relações socioambientais do parque municipal do maciço da costeira – Florianópolis – SC**. Trabalho de conclusão de curso de serviço social. Universidade Federal de Santa Catarina. 2012.

PIAZZA, Walter Fernando; HÜBENER, Laura Machado. **Santa Catarina História da gente**. Florianópolis: Lunardelli. 1997.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: editora da UFSC, 2005.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche; PIMENTA, Luiz Fugazzola. **Pobreza e Qualidade de Vida nos Morros Centrais de Florianópolis**: a escalada de distanciamento. UFSC. 2011. Disponível em: <<http://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/view/353>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

PREFEITURA Municipal de Florianópolis. **Programa Habitar Brasil/BID**. Subprograma de desenvolvimento institucional de Municípios. Financiamento: Governo Federal, 2009a.

PREFEITURA Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental de Florianópolis. **Política Habitacional de Florianópolis**. Florianópolis, 2009b.

PREFEITURA Municipal de Florianópolis. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social**, PMHIS. 2012. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/19_12_2012_15.01.37.4c6e751bc3c439fd103d63011f9e5001.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2015.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-do-brasil.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

RAITZ, Tânia. Sujeitos plurais assessorando um movimento popular em Florianópolis: estudo de caso de uma organização não governamental. In: **Revista de Ciências Humanas da UFSC**. v. 10, n. 14. 1993. pp. 42-54. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/24190/21570>>. Acesso em 27 nov. 2015.

RIBEIRO, Edaléa Maria. A política de habitação popular no brasil em tempos de globalização neoliberal. In: III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2007, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2007. p. 1 - 9. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/1211e0723ab90108ae52Edaléa.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

ROLNIK. Raquel. **A cidade e a lei**. São Paulo: NOBEL/FAPESP, 1999.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Nova História de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2004.

SCHIESTL, Saraga. Festejos do Divino começam a ser preparados na Grande Florianópolis. **Ndonline**. Florianópolis. 18 maio 2012. Disponível em: <<http://m.ndonline.com.br/florianopolis/noticias/28578-festejos-do-divino-comecam-a-ser-preparados-na-grande-florianopolis.html>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

SCHINKE, Gert. **O golpe da “Reforma Agrária”**: Fraude milionária na entrega de terras em Santa Catarina. 1 ed. Florianópolis: Insular, 2015.

SECRETARIA Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental – SMHSA. **Acervo de fotos**. 2007

_____. **Acervo de mapas**. 2008.

SILVA, Marliange. **A experiência do Programa Habitar Brasil BID - Região Chico Mendes**: uma análise da participação social. 2008. 254 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação Silenciosa**. Investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000). Florianópolis: UFSC, 2015.

VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESC:Lincoln Institute, 1998.